

TRINDADE EXPLICADA MILLARD J. ERICKSON



TRINDADE EXPLICADA
3 QUESTÕES CRUCIAIS

Millard J. Erickson

Base Livros | Vitória, Espírito Santo, 2022



Direitos autorais © 2022 BASE LIVROS

Todos os direitos reservados

Originalmente Publicado em inglês como Making Sense of the Trinity por Baker Academic, uma divisão de Baker Publishing Group, Grand Rapids, Michigan, 49516, U.S.A.

Copyright © 2022 por Base Livros.

Publicado no Brasil com a devida autorização por: BASE LIVROS
abase.org/livros

Para os textos bíblicos, salvo menção em contrário, foi usada a New King James Version da Bíblia Sagrada.

Textos bíblicos seguidos da sigla NVI são citações da Nova Versão Internacional da Bíblia Sagrada.

Título original: Making Sense of the Trinity.

Bibliografia.
ISBN 978-65-88783-16-0

Em memória de Herman Baker, 1911—1991

Fundador e Presidente da Baker Book House, 1939—1987

Amante de Deus
Amante dos livros

Prefácio do Editor

Os livros da série “3 Questões Cruciais” são a forma publicada dos Seminários “3 Questões Cruciais, os quais são patrocinados pela Bridge Ministries de Detroit, Michigan. Os seminários e livros são designados a melhorarem significativamente sua caminhada cristã. Os comentários seguintes o ajudarão a apreciar as características singulares da série de livros.

A série “3 Questões Cruciais” é baseada em duas observações fundamentais. Em primeiro lugar, há questões cruciais relacionadas à fé cristã para as quais cristãos imperfeitos parecem não ter respostas finais. Os cristãos que vivem na glória eterna podem conhecer plenamente, como são conhecidos por Deus, mas agora nós conhecemos apenas em parte (1 Coríntios 13:12). Portanto, devemos sempre retornar a tais questões, orando para que o Deus Espírito Santo continue a nos aproximar da “verdade, somente a verdade, nada além da verdade”. Embora reconhecendo sua própria debilidade, os autores contribuintes desta série oram para que sejam assim guiados.

Em segundo lugar, cada geração cristã afirma parcialmente sua solidariedade com o passado cristão quando reafirma “a fé uma vez por todas confiada aos santos” (Judas 3). Tal afirmação vem geralmente da parte de eruditos que são notórios por conversarem somente consigo mesmos ou de não especialistas cujo entendimento da fé carece de profundidade. Ambas as situações são infelizes, mas sentimos que nosso time de autores contribuintes é bem preparado para evitá-las. Cada autor é um erudito cristão competente capaz de compartilhar saberes tremendos com linguagem prática que tanto um leigo quanto um perito podem apreciar. Em resumo, você tem em mãos um livro que é parte de uma série rara que não é nem pedante nem pediátrica.

Os tópicos abordados na série têm sido escolhidos por sua atemporalidade, seu nível de interesse, e por sua importância para cristãos em todo o mundo. E os autores contribuintes estão

comprometidos a discutirem-nos com vistas à unidade cristã. Assim, eles não discutem apenas áreas de discordância entre os cristãos, mas também áreas significativas de concordância. Buscando a paz com perseverança como manda a Bíblia (1 Pedro 3:11), eles enfatizam terrenos comuns sobre os quais cristãos com diferentes pontos de vista podem pisar e ter diálogos saudáveis e reconciliação.

Os livros da série não consistem meramente em palavras impressas; eles consistem em palavras segundo as quais se viver. Suas páginas não contêm apenas boas informações, mas também são instruções para um viver cristão bem-sucedido. Porquanto o estudo é verdadeiramente cristão somente quando, além de nos ajudar a entender nossa fé, ele nos ajuda a vivê-la. Oramos, portanto, para que você permita que Deus use a série “3 Questões Cruciais” para aumentar seu crescimento na graça e no conhecimento de nosso Senhor e Salvador Jesus Cristo.

Grant R. Osborne

Prefácio do autor

A doutrina da Trindade sempre foi confusa para os cristãos. Por essa razão, alguns rejeitaram este ensino sem igual. Contudo, ele reside no âmago da fé cristã.

Eu continuo a me impressionar com o tamanho do interesse na doutrina em geral e na Trindade em particular. Isso se confirmou para mim durante uma conferência teológica baseada nos três capítulos deste livro, que aconteceu na First Covenant Church, Omaha, Nebraska, nos dias 28 e 29 de setembro de 1997. As questões e os comentários da parte daqueles que compareceram a ela foram de grande ajuda para que eu pudesse desenvolver tais tópicos com mais profundidade. Eu sou grato ao Doutor Al Jackson e aos pastores Philip Haakenson e John Larson por aquele convite.

Agradeço também o convite do Doutor Grant Osborne e do Reverendo Richard Jones para contribuir com a série “3 Questões Cruciais”. Embora as palestras que seriam dadas a respeito destes tópicos tenham sido canceladas quando a Bridge Ministries fechou, a Baker Book House graciosamente consentiu publicar este manuscrito mesmo assim. Maria denBoer editou o manuscrito com sua habilidade de sempre.

Estes tópicos foram desenvolvidos sem deixar para trás o tipo de público descrito acima. Aqueles que se interessam em um tratamento técnico mais avançado acerca das questões devem ler o meu livro “God in Three Persons”^[1] (Baker, 1995).

Prefácio

A frase: “*Conheçamos e prossigamos em conhecer ao Senhor*” (Oseias 6.3a) foi registrada pelo profeta Oseias em um período muito complicado da história do povo de Israel, onde estavam abraçando o engano e promovendo culto a outros “deuses”.

Mas qual a relação da frase com nossas vidas e a época em que vivemos?

O imperativo de conhecer e prosseguir conhecendo a Deus, é a grande resposta.

A vida de um crente tem seu início na revelação de Deus, e conhecê-lo como Trindade é conhecer a própria identidade do nosso Senhor e Criador.

Nas palavras do amigo Pedro Pamplona “A Trindade é quem Deus é, e foi exatamente assim que ele se revelou, e tão somente por ser Trindade, é que ele pode ser o Deus que se revela. A Trindade é a visão de Deus mais adequada que podemos ter.”

O contrário do que muita gente pensa, a trindade não é uma elaboração doutrinária que tem como base especulações, ou um quebra-cabeça teológico para os crentes espertos entenderem. Não é que eu esteja negando os seus paradoxos e nem sua complexidade. Como bem mencionado pelo o autor do livro, Millard Erickson em sua teologia sistemática: “*Nós não sustentamos a doutrina da Trindade porque ela é autoevidente ou logicamente convincente. Nós a sustentamos porque Deus revelou que é assim que ele é. Como alguém disse acerca dessa doutrina: **Tente explicá-la, e perderá a cabeça; Mas tente negá-la, e perderá a alma.***”

Precisamos ter a consciência que a doutrina trinitária vem da palavra de Deus, e que também é uma compressão com

implicações práticas muito sérias na vida como um todo. A nossa visão sobre Deus Trino define nossa visão da vida.

Crer na Trindade significa crer em Deus em sua totalidade relacional e em sua profundidade ontológica. Crer em sua revelação aos homens, e que suas distinções subsistências (Pai, Filho e Espírito Santo), responde nossas questões mais complexas, como: identidade, comunidade e relação.

O conhecimento do Deus Trino é a fonte para o autoconhecimento, e o ponto essencial para toda a interação com os homens, criação e próprio Deus. Resumida em uma pequena e tão forte frase de Agostinho de Hipona: “Deus é comunidade”.

A bela doutrina da Trindade é histórica. Reconhecida e identificada em todos os credos abraçados pelas igrejas cristãs. Mas Infelizmente, a maioria dos cristãos creem na afirmação doutrinária da Trindade nos credos, mas no dia a dia a ignoram tal crença.

Infelizmente, Tim Chester nunca foi tão pontual como nessa citação extraída do seu livro Conhecendo o Deus Trino: “Para muitos cristãos, a Trindade tornou-se algo como um apêndice: ele fica ali, mas não tem certeza da sua função; passam pela vida sem que ele faça muita coisa, e se tivessem de removê-lo não seriam muito prejudicados.”

Es ai o grande perigo! A falta de interesse na trindade é sem sombra de dúvidas, desinteresse pelo o próprio Deus e a origem da crise que nos encontramos.

Como eu sempre fala aos meus irmãos de fé: Ter uma compreensão errada sobre Deus, é tão perigoso quanto crer que Ele não existe.

O conhecimento do Deus Trino nos leva à adoração a Deus do modo como ele deve ser adorado.

Esse livro chegou em uma hora oportuna. Ele é pequeno em seu tamanho, mas gigante em seu conteúdo. Particularmente o considero o melhor ponto de partida para a compreensão do tema.

Introdução

Àqueles que não compartilham da fé cristã, a doutrina da Trindade parece realmente um ensino muito estranho. Ela parece violar a lógica, pois afirma que Deus é três e, mesmo assim, que Ele é um. Como pode ser? E por que a Igreja proporia tal doutrina? Ela não parece ser ensinada nas Escrituras, que são a autoridade suprema do cristão no que diz respeito à fé e à prática. E ela apresenta um obstáculo para a fé daqueles que, por outro lado, podem estar inclinados a aceitarem a fé cristã. Seria um ensino que talvez fosse um erro a princípio, e é certamente um impedimento e um constrangimento para o Cristianismo? Ele poderia ser omitido da fé e da teologia cristãs sem qualquer prejuízo e ainda com um ganho considerável? Eu digo que a doutrina da Trindade é de grande importância em nosso tempo e, portanto, precisa ser examinada cuidadosamente, por várias razões.

Em primeiro lugar, esta doutrina, historicamente, foi a primeira para a qual a igreja sentiu ser necessária uma elaboração definitiva. A igreja começou a pregar sua mensagem, a qual implicava a divindade de Jesus bem como a do Pai. Ela ainda não havia, no entanto, resolvido meticulosamente a natureza do relacionamento entre Eles. Os cristãos simplesmente aceitaram que ambos eram Deus. Logo, algumas pessoas começaram a levantar questões exatamente em relação ao que isto significava. Contudo, as propostas que elas fizeram na tentativa de trazer algum conteúdo concreto não soaram totalmente corretas para muitos cristãos, de modo que uma explicação mais completa foi organizada. Esta se tornou a plena doutrina da Trindade, que diz que todos os três, o Pai, o Filho, e o Espírito Santo, são divinos, mas que eles não são três Deuses, mas um. Considerou-se essencial para a vida da igreja sustentar esta doutrina de que Deus é três em um.

Não foi simplesmente a igreja dos terceiro e quarto séculos que se sentiu desafiada diante desta visão. Embora mais de quinze séculos já tenham se passado desde que a igreja tomou sua posição, ainda há variedades do Cristianismo que negam a Trindade. Isto ainda é uma grande questão em nosso tempo, uma vez que grupos como as Testemunhas de Jeová contestam a plena divindade de Jesus e, portanto, a doutrina da Trindade. Numerosas seitas rejeitam esta visão, bem como alguns cristãos liberais que fazem parte de denominações cristãs mais conhecidas.

A doutrina é também particularmente importante em um tempo em que encontramos muitas religiões diferentes. Houve uma época em que a escolha para alguém que morasse no ocidente era ou o Cristianismo, ou nenhuma religião, a menos que ele fosse um nativo americano. Com efeito, não havia outras alternativas viáveis. Outras religiões estavam em outros lugares distantes, em outros países. A única exceção à regra era o Judaísmo, mas ele era considerado uma religião cultural e, portanto, bastante exclusiva. Hoje, no entanto, tudo mudou. Atualmente, os muçulmanos ultrapassam em número os episcopais nos Estados Unidos, e seus números relativos estão crescendo. O Islamismo é o principal concorrente religioso do Cristianismo pela lealdade de jovens afroamericanos. Perceba o número de atletas profissionais que agora carregam nomes islâmicos, tais como Muhammad Ali, Kareem Abdul-Jabbar, Ahmad Rashad, e muitos outros, particularmente jogadores de basquete. Estes jovens que têm se tornado conscientes de sua herança africana e a têm reivindicado, a eles é dito frequentemente que o Cristianismo é uma religião do homem branco; o Islamismo é a verdadeira religião dos africanos. Templos budistas e hindus podem ser encontrados em grandes cidades. A religião da nova era, a qual incorpora muitas características das religiões ocidentais, é uma opção crescente para muitas pessoas mais jovens.

A doutrina da Trindade é um importante aspecto distintivo do Cristianismo que o separa destas outras religiões. Por um lado, ela claramente distingue o Cristianismo de religiões fortemente monoteístas como o Judaísmo e o Islamismo. Em contrapartida, ela

separa o Cristianismo de religiões politeístas e panteístas como as religiões orientais. Assim, ela é especialmente importante em nosso tempo.

A doutrina da Trindade é também de grande importância por estar intimamente ligada à salvação do cristão. Tradicionalmente, os cristãos acreditam que a salvação, incluindo o perdão dos pecados e o receber de uma nova vida, é possível porque a segunda pessoa da Divindade assumiu uma forma humana sem abrir mão de Sua deidade^[2]. Nesta forma encarnada, Ele carregou os pecados dos homens como seu substituto. Portanto, Ele pôde apresentar ao Pai o perfeito sacrifício pelo pecado humano, pelo que o Pai então perdoou os seus pecados, e o Espírito Santo conferiu-lhes vida nova. Se a doutrina da Trindade não é verdadeira, então o entendimento da salvação precisa ser modificado.

Ademais, nossa visão a respeito desta doutrina afeta nossas visões acerca de outras doutrinas. Se a Divindade não consiste em três Pessoas igualmente divinas e que são, ainda assim, inseparavelmente um, precisamos redefinir pelo menos uma dessas Pessoas. Pode ser que Jesus não seja plenamente Deus, ou, se for, que Sua deidade seja inferior à do Pai. O Espírito Santo é, em certo sentido, inferior a ambos o Pai e o Filho. A doutrina da expiação também é modificada. Em vez de um autossacrifício voluntário por parte de um membro da Divindade, ela é algo imposto ao homem por Deus, e, desta forma, contém um elemento de injustiça.

Que diremos, então, no que diz respeito à doutrina da Trindade? Enquanto aqueles que concedem autoridade especial a conselhos eclesiásticos já têm sua resposta oficial, essa resposta não necessariamente satisfaz os cristãos para os quais os pronunciamentos de tais conselhos não são infalíveis. E mesmo aqueles que o fazem, eles devem contar com o fato de que tais declarações foram feitas em uma época muito diferente, usando linguagem e conceitos que podem não fazer sentido para as pessoas dos séculos XX e XXI. Para alguns, a doutrina da Trindade

é uma pedra de tropeço à crença. Será que alguma ajuda pode-lhes ser oferecida?

Três perguntas em particular requerem nossa atenção. A primeira diz respeito à posição bíblica da doutrina. Este ensinamento parece não estar declarado na Bíblia. Ele é ensinado nela? Se não, talvez a igreja estava enganada quando formulou um ensino tão estranho. Devemos olhar de perto para o testemunho bíblico, a fim de determinarmos se esta doutrina lá se encontra, de fato.

A segunda pergunta pertence ao campo da lógica desta doutrina. Se Deus é três e também um, estamos diante de uma aparente contradição lógica. Se a Bíblia requer que nos apeguemos a esta visão, há alguma forma de entendê-la que desfaça este enigma, ou pelo menos que o alivie o bastante para que não sejamos forçados a abandonarmos nossa racionalidade a fim de cremos na doutrina trinitária? Muitas explicações já foram dadas, e nós as examinaremos e buscaremos encontrar a mais satisfatória.

A pergunta final é uma que eu aprendi a fazer a respeito de qualquer assunto: “E daí?”. Que real diferença esta doutrina faz se for verdadeira? Ela tem, de fato, um impacto na maneira como vivemos nossa vida cristã, ou ela é simplesmente um elemento impraticável e, portanto, desnecessário na teologia cristã? Procuraremos pesar todas as ramificações deste ensino.

Capítulo 1: A Doutrina da Trindade É Bíblica?

Notamos que a igreja formulou a estranha doutrina da Trindade por ter-se sentido impelida, com base em seu estudo das Escrituras, a afirmar tanto que Deus é um quanto que há três que são Deus. E ela o fez por meio da doutrina da triunidade, que afirma que Deus é três em um.

Logo, é importante que reexaminemos as evidências que eles seguiram, uma vez que as conclusões a que chegaram por meio delas estão hoje sendo desafiadas, ou mesmo atacadas. Em círculos evangélicos, é costumeiro afirmar que a Bíblia é a autoridade suprema para a fé e a prática, ou mesmo a única autoridade. Mesmo quando não é tanto o caso, os cristãos certamente a consideram importante. Todos reconheceriam a Bíblia, em algum sentido, como o livro cristão, a fonte da crença cristã. Se, portanto, esta doutrina de aparência estranha é ensinada na Bíblia, quer explícita, quer implicitamente, devemos aceitá-la, ou pelo menos levá-la muito a sério.

Se, por outro lado, a Bíblia não reivindica tal ensino, não nos pode ser exigido que creiamos nele. Ideias que na verdade derivam da falta de entendimento do texto ou de fontes culturais, têm, é claro, sido adotadas por cristãos individuais ou mesmo pela igreja como um todo em vários pontos de sua história. Não há virtude em continuarmos a nos apegar à tão difícil doutrina da Trindade se ela não é, de fato, ensinada na Bíblia.

A igreja, como observamos anteriormente, tirou a inferência da Trindade de dois conjuntos de evidências que ela aceitou. Por um lado, a Bíblia ensinou que Deus é um. Por outro lado, havia três Pessoas que a Bíblia parecia identificar como sendo divinas.

A Unidade de Deus A realidade de que há somente um Deus é tanto ensinada quanto pressuposta ao longo das Escrituras.

Provavelmente, o ensino mais claro e direto seja o conhecido Shema, em Deuteronômio 6:4: “Ouça, ó Israel: O SENHOR, o nosso Deus, é o único SENHOR”. Esta era a base do mandamento que se segue: “Ame o SENHOR, o seu Deus, de todo o seu coração, de toda a sua alma e de todas as suas forças” (v. 5). Porque Yahweh era o único Deus e não havia outro, Israel não poderia dividir sua lealdade a Ele com quaisquer outras assim chamadas divindades. Monoteísmo significa adoração exclusiva e obediência ao único Deus verdadeiro.

Esta mesma exclusividade aparece também nos Dez Mandamentos. Aqui, Yahweh assevera que Ele é Deus, o Deus verdadeiro, “que tirou os israelitas do Egito, da terra da escravidão” (Êxodo 20:2). A proibição de fazer qualquer sorte de imagem é baseada, novamente, no fato de que não há outros deuses, de modo que adoração a qualquer outra coisa além de Yahweh é idolatria. Embora o ensino da unicidade de Deus não reapareça no Antigo Testamento, a contínua proibição de adoração a outros deuses e a necessidade de adoração somente a Yahweh repousam nesse fato.

O ensino concernente à unicidade de Deus não se restringe ao Antigo Testamento. Tiago 2:9 elogia a crença em um único Deus, embora observe sua insuficiência para justificação. Paulo também sublinha a singularidade de Deus. Ao discutir o comer de carne sacrificada a ídolos, o apóstolo escreve: “Sabemos que o ídolo não significa nada no mundo e que só existe um Deus... o Pai, de quem vêm todas as coisas e para quem vivemos; e um só Senhor, Jesus Cristo, por meio de quem vieram todas as coisas e por meio de quem vivemos” (1 Coríntios 8:4,6). Aqui, Paulo, assim como a lei mosaica, exclui a idolatria com base em que há um único Deus. Semelhantemente, ele escreve a Timóteo: “Pois há um só Deus e um só mediador entre Deus e os homens: o homem Cristo Jesus, o qual se entregou a si mesmo como resgate por todos” (1 Timóteo 2:5,6). Ainda que, na superfície, estes versos pareçam distinguir Jesus do único Deus, o Pai, o cerne principal da primeira referência é o de que somente Deus é verdadeiramente Deus (ídolos não são

nada); e o cerne principal da segunda é o de que há somente um Deus, e que há somente um mediador entre Deus e os homens.

A Deidade dos Três As considerações que acabamos de observar, se tomadas isoladamente, teriam levado a igreja a um monoteísmo simples. Foi a conclusão adicional, de que três são identificados nas Escrituras como sendo divinos, que levou à adoção da doutrina da Trindade.

A deidade do Pai. A deidade do Pai mal estava em questão. Notamos acima a referência de Paulo ao Pai como sendo o único Deus. Jesus também faz várias referências à deidade do Pai. Por exemplo, em Mateus 6:26—30, Ele usa “Deus” e “o Pai” intercambiavelmente. Referindo-se às aves do céu, Ele diz que “o Pai celestial as alimenta” (v. 26); quanto aos lírios do campo, “Deus veste assim a erva do campo” (v. 30). E nos versos 31 e 32, Ele declara que nós não precisamos nos preocupar e correr atrás do que vamos comer ou beber ou vestir, pois “o Pai celestial sabe que vocês precisam delas”. Expressões similares aparecem ao longo de Seus ensinamentos. Para Jesus, “Deus” e “o Pai celestial” são expressões intercambiáveis. E em muitas outras referências a Deus, Jesus obviamente tem o Pai em mente (Mateus 19:23—26, 27:46; Marcos 12:17, 24—27).

A deidade de Jesus. Embora a maioria das referências bíblicas referentes à questão da deidade de Jesus estejam no Novo Testamento, o Antigo Testamento não é desprovido de dados relevantes. Estes são sobretudo encontrados nas porções proféticas do Antigo Testamento. Ainda que houvesse um desejo por um grande messias e libertador, esse anseio não necessariamente envolvia a ideia de deidade. Em Isaías 9:6, no entanto, o profeta, referindo-se a Ele que haveria de vir, escreveu as seguintes palavras: “Porque um menino nos nasceu, um filho nos foi dado, e o governo está sobre os seus ombros. E ele será chamado Maravilhoso Conselheiro, Deus Poderoso, Pai Eterno, Príncipe da Paz”. Aqui está uma aparente identificação do messias vindouro como “Deus Poderoso”.

O Novo Testamento contém indicações abundantes da deidade de Jesus. Filipenses 2:5—11 é uma passagem poderosa. No verso 6, Paulo diz de Jesus que, “embora sendo Deus, não considerou que o ser igual a Deus era algo a que devia apegar-se”. A palavra traduzida como “sendo”, ou “na forma de”, é o termo grego *morphē*. É a palavra que se refere ao pleno conjunto de características que faz de algo o que é, em contraste com a palavra *schēma*, que é a aparência externa, a fachada, a qual não necessariamente indica a verdadeira natureza de algo.

O escritor de Hebreus também fornece expressões convincentes acerca da deidade de Jesus. Escrevendo aos leitores hebreus, Ele fala da superioridade de Jesus aos anjos, e indica que Deus falou por meio “do Filho, a quem constituiu herdeiro de todas as coisas e por meio de quem fez o universo” (1:2). Então ele diz: “O Filho é o resplendor da glória de Deus e a expressão exata do seu ser, sustentando todas as coisas por sua palavra poderosa” (v. 3). A palavra grega traduzida como “expressão exata” é *charaktēr*, a partir da qual obviamente se derivou o termo “caráter”. Isto não é meramente similaridade do ser, mas identidade qualitativa. Finalmente, no verso 8, o escritor cita Deus, quando este Se refere ao Filho como “Deus” (Salmos 45:6), e, no verso 10, como “Senhor” (Salmos 102:25).

O entendimento que Jesus tinha acerca de Si mesmo é importante. As grandiosas declarações que fez indicam ou algum delírio estranho ou que Ele é, de fato, Deus. Ele afirmou que os anjos de Deus (Lucas 12:8,9, 15:10) eram Seus anjos (Mateus 13:41), e que o Reino de Deus era dEle (Mateus 12:28, 19:14,24, 21:31,43). Ele também atribuiu a Si muitas referências do Antigo Testamento a Deus. A cena do julgamento de Mateus 25 reflete a linguagem teofânica de Daniel 7:9—10, de Joel 3:1—12, e de Zacarias 14:5. Em Mateus 21:16, Jesus atribui Salmos 8:1—2 a Si mesmo, e, em Lucas 19:10, aparentemente faz uma alusão a Ezequiel 34:16,22. Outras referências deste tipo são Lucas 20:18a (Isaías 8:14,15); Mateus 11:10, Marcos 1:2, e Lucas 7:27 (Malaquias 3:1, 4:5,6); Marcos 13:31 (Isaías 40:8). Há também aquelas

passagens nas quais Ele assume o papel de Yahweh. Entre as mais impressionantes, estão as profecias da Segunda Vinda e do Juízo. Em Marcos 9:12,13 (Mateus 17:11,12), Mateus 11:10 (Lucas 7:27), e Mateus 11:14, há referências a Malaquias 3:1 e 4:5,6, textos que predizem a vinda de Elias como precursor de Yahweh. Jesus, no entanto, identificou João Batista, que viera como Seu precursor, como Elias. Em Mateus 19:28 e 25:31—46, Jesus faz alusão a Daniel 7. Em Daniel 7:9, o Ancião de Dias Se assenta em um trono. O próprio Jesus, contudo, assume o papel de Ancião de Dias, assentado em Seu “trono glorioso”. E, em parábolas, nas quais Jesus identifica-Se a Si mesmo como sendo o Semeador, o Pastor, e o Noivo, Ele Se põe no papel de Deus.

Além disso, as ações que Jesus alegava realizar, quer no momento de Sua fala, quer no futuro, identificam mais completamente esta autoimagem divina. Ele reivindicava o poder de julgar o mundo (Mateus 25:31) e reinar sobre ele (Mateus 24:30; Marcos 14:62). Mais significativamente, no entanto, Ele alegava perdoar pecados (Marcos 2:8—10), o que foi interpretado pelos escribas e fariseus como blasfêmia, por ser tal ação algo que somente Deus tinha o direito e o poder de fazer. De fato, Jesus perdoou pecados sabendo muito bem a interpretação que os judeus dariam à Sua ação. Em Marcos 2:7, eles dizem: “Por que esse homem fala assim? Está blasfemando! Quem pode perdoar pecados, a não ser somente Deus?”. Ao que Jesus respondeu em palavra e ação: “Mas, para que vocês saibam que o Filho do homem tem na terra autoridade para perdoar pecados — disse ao paralisado — eu lhe digo: Levante-se, pegue a sua maca e vá para casa” (vv. 10,11). Assim, Ele deliberadamente agiu de forma que sabia que seria interpretado como alguém que reivindicava ser igual a Deus.

Mesmo as expressões que Jesus usava indicavam Sua deidade. Uma das mais importantes foi esta: “Eu digo a vocês”. Isto foi introduzido em conexão com uma citação das Escrituras do Antigo Testamento. Na realidade, Ele estava dizendo: “Moisés disse isso, mas Eu lhes digo isto”. Ele estava implicitamente reivindicando o direito e a autoridade para suplementar o que eles haviam ouvido de

Moisés, considerado por eles como tendo sido o porta-voz especial de Deus. Note, contudo, a maneira como Jesus comunicava estas declarações. Ele não usava a introdução profética costumeira — “A Palavra do Senhor veio a mim, dizendo...”. Antes, Ele simplesmente dizia: “Eu digo a vocês”. Ele não alegava estar transmitindo a mensagem que Deus Lhe havia revelado. Ele estava alegando que Suas palavras eram as palavras de Deus. Outra expressão que Ele frequentemente usava era esta: “Amém”. Nestes casos, o termo é comumente traduzido como “em verdade, em verdade”. Esta expressão foi costumeiramente usada pela congregação de Israel em resposta à Palavra de Deus, como uma maneira de indicar sua concordância, ou reconhecimento de que esta era a mensagem de Deus. O fato de Jesus usá-la em conexão com Suas próprias palavras era uma afirmação de que Suas palavras eram iguais às dos mensageiros do Antigo Testamento.

Em lugar algum, Jesus jamais disse abertamente: “Eu sou Deus”. O momento em que Ele mais Se aproximou disto foi em Seu julgamento. Aqui, Ele foi categoricamente desafiado: “Exijo que você jure pelo Deus vivo: se você é o Cristo, o Filho de Deus, diga-nos”. Ao que respondeu: “Sim, é como você diz. Mas eu digo a todos vocês que no futuro vocês verão o Filho do Homem assentado à direita do Todo-poderoso e vindo sobre as nuvens do céu”^[3] (Mateus 26:63—65). Há quem diga que a resposta de Jesus foi, de fato, uma negação: “Você o disse, não eu”, uma interpretação que se apoia na ênfase em “você”. Mas a reação do sumo sacerdote e dos outros que estavam presentes indica que eles entenderam o que Ele dissera um pouco diferente: “Foi quando o sumo sacerdote rasgou as próprias vestes e disse: ‘Blasfemou! Por que precisamos de mais testemunhas? Vocês acabaram de ouvir a blasfêmia. Que acham?’ ‘É réu de morte!’, responderam eles” (Mateus 26:65,66). Se esta fosse uma acusação falsa, Jesus teve a oportunidade ideal para rejeitá-la. Ou Ele estava deliberadamente buscando Sua própria execução, ainda que com bases falsas, ou Ele realmente acreditava ser o Filho de Deus. Também, quando Tomé exclamou: “Senhor meu e Deus meu!” (João 20:28), Jesus não o corrigiu, mas, antes, aceitou o tributo.

Nós introduzimos o Evangelho de João, e provavelmente precisamos oferecer alguma justificação para tal. Por algum tempo, era elegante considerar o Evangelho de João historicamente duvidoso. Havia algumas razões para tal hesitação. Uma é a maneira tão diferente como ele trata vários assuntos em relação aos evangelhos sinóticos. Ele dá grande atenção aos eventos dos últimos dias da vida de Jesus antes da crucificação. Sua seleção de materiais é bastante diferente também, em termos de tanto inclusão quanto omissão. Alguns eventos que são proeminentes nos sinóticos, tais como o comissionamento dos doze apóstolos, a transfiguração, a instituição da Ceia do Senhor, os exorcismos, e as parábolas, eles não aparecem. Por outro lado, João inclui um número de relatos que não aparecem em nenhum dos outros evangelhos, como a transformação da água em vinho, a ressurreição de Lázaro, o ministério de Jesus na Judéia e em Samaria, e Seus discursos estendidos, tanto em público quanto em particular. Além disso, João é o mais teológico dos escritores dos evangelhos, sendo o único evangelista a identificar Jesus como divino. Há grandes diferenças cronológicas em relação aos Evangelhos sinóticos, como a duração do ministério de Jesus e a cronologia das últimas vinte e quatro horas da vida de Jesus. Parece haver discrepâncias históricas, como João aparentemente não estar a par do nascimento de Jesus em Belém. Finalmente, há a dificuldade de distinguir as palavras de Jesus da interpretação que João fez delas.

Uma mudança no comportamento dos eruditos do Novo Testamento em relação ao Evangelho de João começou a tornar-se aparente nos anos 60, embora tenha sido antecipada por alguns já nos anos 30. Estes diferentes comportamentos surgiram em alguns lugares um tanto surpreendentes. O bispo John A. T. Robinson, autor de *Honesto com Deus*, era a voz principal neste novo movimento em direção à maior confiança neste Evangelho.

Uma série de fatores, tanto negativos quanto positivos, estiveram envolvidos nesta transformação da estimativa do valor histórico do Evangelho de João. Alguns dos problemas e discrepâncias vieram a

ser tão severos quanto já fora ensinado. As supostas discrepâncias, por exemplo, podem ser vistas mais como complementares do que contraditórias. As diferenças teológicas também podem ser entendidas como João tornando explícito o que era implícito nos outros Evangelhos. Além disso, as aparentes discrepâncias teológicas tornam-se menos significantes quando se entende que os Sinóticos realmente mostram pouco interesse na cronologia, e eles não limitam o ministério a um ano; eles simplesmente não se referem a três Páscoas, como o faz João. O período mais extenso encaixa-se melhor com os eventos relatados como parte do ministério de Jesus, sugerindo que a cronologia de João é menos problemática do que a dos Sinóticos. As aparentes discrepâncias históricas também são menos sérias do que parece à primeira vista. João apenas relata, em vez de afirmar, a crença errônea de que Jesus havia nascido na Galiléia. E as diferenças estilísticas dos Sinóticos, quando examinadas à luz dos propósitos de João, tornam-se menos problemáticas.

Além dessas respostas às críticas, também tem havido uma quantidade considerável de evidências positivas para a confiabilidade histórica do Evangelho de João. Um elemento foi a visão revisada do pano de fundo do Evangelho. Era costume considerar João como um Evangelho inteiramente helenístico. Vários fatores se combinaram para minar esse suposto consenso, entretanto. Uma das principais foi a descoberta dos Manuscritos do Mar Morto. Existem alguns paralelos fortes entre a linguagem e a terminologia destes documentos e o Evangelho de João, mas também e mais importante, entre as suas ideias.

Também houve confirmação arqueológica de uma série de referências topográficas em João. Robinson vê essas referências extensas como evidência da confiabilidade histórica do Evangelho. É especialmente informativo comparar as referências de João com as de Lucas. Lucas, é claro, é conhecido por referências muito precisas ao lidar com território familiar, como está envolvido no livro de Atos. Nos capítulos de seu Evangelho que tratam do ministério da Galiléia e na longa porção central de 9:51 a 18:14, no entanto,

Lucas é bastante vago. Comparado com isso, João é muito preciso em vários casos. Observe, por exemplo, 11:1—12:1, onde João nomeia o lugar, explica que fica a cerca de duas milhas de Jerusalém, nos diz por que Jesus foi lá em duas ocasiões, de onde, e na segunda instância, exatamente quando — seis dias antes da Páscoa. Estudos arqueológicos recentes tendem a apoiar a visão de que este Evangelho foi escrito por alguém que conhecia bem os lugares em que a história se passa.

Era costume considerar o Evangelho de João como dependente dos Sinóticos. C. H. Dodd argumentou tanto positiva quanto negativamente, entretanto, pela independência de João dos Sinóticos. Ele examinou cuidadosamente as passagens onde João se refere a um incidente também mencionado nos Sinóticos e os compara meticulosamente. Em cada caso, ele conclui que é improvável que João tenha extraído apenas esses detalhes e os combinado exatamente da maneira que fez. Ele também compilou uma lista dos tipos de declarações que se esperaria encontrar se João estivesse utilizando os Sinóticos como fonte. Entre eles estão referências que se encaixam bem com o simbolismo, estilo e propósito de João por escrito, incluindo questões no Evangelho de Marcos como a escuridão na crucificação, o rasgar do véu do templo e a confissão pelo centurião de que Jesus era o Filho de Deus. Eles não estão presentes no relato de João, no entanto. Dodd confirma a evidência da independência de João dos Sinóticos e, portanto, de seu uso de uma fonte histórica separada, que pode muito bem ter sido tão confiável quanto, ou mais confiável do que as fontes dos Sinóticos. Na verdade, parece que João estava sendo criticado tanto por sua dependência dos Sinóticos quanto pelas diferenças entre seus escritos e os deles.

Outro fator que influencia a confiabilidade histórica do Evangelho de João é toda a questão da datação dos Evangelhos. Antigamente, estava na moda datar o Quarto Evangelho bem no século II. A descoberta do fragmento de John Rylands desse Evangelho adiou a data para a última parte do primeiro século, de modo que se tornou habitual datar toda a literatura joanina por volta de 90 d.C.

Aqui, também, John Robinson começou a levantar a questão de se o Evangelho de João não poderia ser anterior à revolta judaica de 66 a 70 d.C. Isso, por sua vez, exigiria, de acordo com a teoria padrão de prioridade, que os Sinóticos fossem datados ainda mais cedo. Uma consideração importante para Robinson foi a ausência de qualquer referência em qualquer um dos Evangelhos à queda de Jerusalém em 70 d.C., um evento de tal importância que certamente deveria ter sido mencionado em qualquer relato do Evangelho. Em vista de itens como a declaração de Jesus sobre as pedras sendo derrubadas, Marcos 13:1—4 não reflete os detalhes que deveriam estar presentes se o evento já tivesse ocorrido.

A deidade do Espírito Santo. A crença na divindade do Espírito Santo não foi oficialmente enunciada pela Igreja até relativamente tarde. O Concílio de Nicéia, por exemplo, depois de enunciar claramente toda a divindade de Jesus, conclui simplesmente dizendo: “[Cremos] no Espírito Santo”, sem especificar o conteúdo dessa crença. Pelo Concílio de Constantinopla em 381, no entanto, isso foi elaborado a ponto de a Igreja também se comprometer com a divindade do Espírito Santo. A divindade do Espírito Santo é ainda menos diretamente ensinada nas Escrituras do que a divindade do Pai ou do Filho. Existem, no entanto, várias considerações com base nas quais podemos inferir sua divindade também.

Existem várias referências ao Espírito Santo que são intercambiáveis com referências a Deus, portanto falando dEle enquanto Deus. Em Atos 5, Ananias e Safira venderam um pedaço de propriedade e representaram o dinheiro que trouxeram como a totalidade do que haviam recebido. Ao repreender Ananias, Pedro perguntou: “Ananias, como você permitiu que Satanás enchesse o seu coração, a ponto de você mentir ao Espírito Santo e guardar para si uma parte do dinheiro que recebeu pela propriedade?” (v. 3). No próximo versículo, ele afirma: “Você não mentiu aos homens, mas sim a Deus”. Parece que na mente de Pedro, “mentir para o Espírito Santo” e “mentir para Deus” eram expressões intercambiáveis. A declaração no versículo 4 aparentemente pretendia deixar claro que a mentira não foi contada aos humanos, a

alguém menos que Deus, mas ao próprio Deus. Assim, concluímos que a segunda afirmação é uma elaboração da primeira, enfatizando que o Espírito a quem Ananias havia mentido era Deus.

Outra passagem onde “Espírito Santo” e “Deus” são usados alternadamente é a discussão de Paulo sobre o cristão como um templo. Em 1 Coríntios 3:16,17, ele escreve: “Vocês não sabem que são santuário de Deus e que o Espírito de Deus habita em vocês?

Se alguém destruir o santuário de Deus, Deus o destruirá; pois o santuário de Deus, que são vocês, é sagrado.” Em 6:19,20, ele usa uma linguagem quase idêntica: “Acaso não sabem que o corpo de vocês é santuário do Espírito Santo que habita em vocês, que lhes foi dado por Deus, e que vocês não são de si mesmos? Vocês foram comprados por alto preço. Portanto, glorifiquem a Deus com o corpo de vocês.” Para Paulo, ser habitado pelo Espírito Santo é ser habitado por Deus. Ao comparar a expressão “santuário de Deus” com a expressão “santuário do Espírito Santo”, Paulo deixa claro que o Espírito Santo é Deus.

Além disso, o Espírito Santo possui os atributos ou qualidades de Deus. Uma delas é a onisciência: “O Espírito sonda todas as coisas, até mesmo as coisas mais profundas de Deus. Pois, quem dentre os homens conhece as coisas do homem, a não ser o espírito do homem que nele está? Da mesma forma, ninguém conhece as coisas de Deus, a não ser o Espírito de Deus” (1 Coríntios 2:10,11). Observe também a declaração de Jesus em João 16:13: “Mas quando o Espírito da verdade vier, ele os guiará a toda a verdade. Não falará de si mesmo; falará apenas o que ouvir, e lhes anunciará o que está por vir”.

Os escritores do Novo Testamento também falam do poder do Espírito Santo. Em Lucas 1:35, as expressões “o Espírito Santo” e “o poder do Altíssimo” estão em construção paralela ou sinônima. É claro que esta é uma referência à concepção virginal, que certamente deve ser considerada um milagre de primeira grandeza. Paulo reconheceu que as realizações de seu ministério foram alcançadas “pelo poder de sinais e maravilhas e por meio do poder

do Espírito de Deus” (Romanos 15:19). Além disso, Jesus atribuiu ao Espírito Santo a capacidade de mudar os corações e personalidades humanas: é o Espírito que opera a convicção (João 16:8—11) e a regeneração (João 3:5—8) dentro de nós. Em outro lugar, a respeito dessa capacidade de mudar o coração humano, ele disse: “Para o homem é impossível, mas para Deus todas as coisas são possíveis” (Mateus 19:26 (Mateus 19:26; ver vv. 16—25)). Embora esses textos não afirmem especificamente que o Espírito é onipotente, eles certamente indicam que Ele tem um poder que, ao que tudo indica, só Deus tem.

Ainda outro atributo do Espírito que o coloca entre o Pai e o Filho é Sua eternidade. Em Hebreus 9:14, Ele é chamado de “o Espírito eterno” por meio do qual Jesus Se ofereceu. Todas as criaturas são temporais; apenas Deus é eterno (Hebreus 1:10—12). Portanto, o Espírito Santo deve ser Deus.

Além de ter atributos divinos, o Espírito Santo realiza certas obras que são comumente atribuídas a Deus. Ele estava e continua a estar envolvido com a criação, originando e providencialmente mantendo e dirigindo. Em Gênesis 1:2, lemos que o Espírito de Deus estava pairando sobre as águas. Jó 26:13 observa que os céus foram ornados pelo Espírito de Deus. O salmista diz: “Envias o teu Espírito, e são criados [todas as partes da criação anteriormente enumeradas], e assim renovas a face da terra” (Salmo 104: 30).

O testemunho bíblico mais abundante sobre o papel do Espírito Santo diz respeito ao Seu trabalho espiritual em ou dentro do homem. Já observamos a atribuição de regeneração de Jesus ao Espírito Santo (João 3: 5—8). Isso é confirmado pela declaração de Paulo em Tito 3:5: “[Deus, nosso Salvador] não por causa de atos de justiça por nós praticados, mas devido à sua misericórdia, ele nos salvou pelo lavar regenerador e renovador do Espírito Santo”. Além disso, o Espírito ressuscitou a Cristo dos mortos e também nos ressuscitará; isto é, Deus nos ressuscitará pelo Espírito: “E, se o Espírito daquele que ressuscitou Jesus dentre os mortos habita em vocês, aquele que ressuscitou a Cristo dentre os mortos também

dará vida a seus corpos mortais, por meio do seu Espírito, que habita em vocês” (Romanos 8:11).

Dar as Escrituras é outra obra divina do Espírito Santo. Em 2 Timóteo 3:16, Paulo escreve: “Toda a Escritura é inspirada por Deus e útil para o ensino, para a repreensão, para a correção e para a instrução na justiça”. Pedro também fala do papel do Espírito em nos dar as Escrituras, mas enfatiza a influência sobre o escritor em vez do produto final: “Pois jamais a profecia teve origem na vontade humana, mas homens falaram da parte de Deus, impelidos pelo Espírito Santo” (2 Pedro 1:21).

Uma questão que merece atenção é a posição do Espírito Santo nas referências do Antigo Testamento. Aqui, a forma usual de expressão é “o Espírito de Deus” ou “o Espírito do Senhor”. Isso deve ser considerado o mesmo que o Espírito Santo? Pode ser meramente o espírito de Deus ou pode ser uma personificação da obra de Deus? Se essas são possibilidades válidas, temos justificativa para usar os textos do Antigo Testamento como evidência na construção de nossa compreensão do Espírito Santo e, portanto, da Trindade? Pelo menos uma referência do Novo Testamento indica que o Espírito de Deus no Antigo Testamento deve ser identificado com o Espírito Santo. No discurso de Pedro no Pentecostes, ele explica a vinda do Espírito Santo de uma forma dramática evidenciada pelo falar em línguas. Ele indica que este é o cumprimento do que Joel havia profetizado: “Derramarei do meu Espírito” (Atos 2:17; cf. Joel 2:28,32). Assim, estamos lidando com a mesma pessoa e temos justificativa para usar as referências do Antigo Testamento ao Espírito de Deus ao formular nosso entendimento da terceira pessoa da Trindade.

O fato de que Deus é três em um As duas considerações juntas levam, por implicação, à conclusão de que, se ambas são verdadeiras, então também deve ser verdade que Deus é três em um, ou triúno. Isso é tudo em que temos de confiar, ou podemos encontrar declarações diretas dessa conclusão, estabelecendo assim que nossa inferência está correta? À primeira vista, parece

haver um texto que resolve a questão de forma conclusiva, afirmando diretamente o fato de que Deus é três em um: 1 João 5:7, conforme encontrado na versão King James da Bíblia: “Porque três são os que dão testemunho no céu: o Pai, a Palavra, e o Espírito Santo; e estes três são um”. Isso deve resolver a questão definitivamente, não é? Infelizmente, não é assim. Outras traduções mais recentes, como a Revised Standard Version e a Nova Versão Internacional (NVI), omitem este versículo. O que, então, devemos fazer com isso? A razão para esse “apagamento” é encontrada na ciência da crítica textual. Não temos o documento real que João escreveu com suas próprias mãos. O que temos são cópias posteriores, que são cópias de cópias do original. Os primeiros manuscritos remanescentes do Novo Testamento são, na verdade, vários séculos mais tarde do que os escritos iniciais. Esses muitos manuscritos variam entre si em pequenos detalhes de leituras. A disciplina de crítica textual se empenha em vasculhar esses muitos manuscritos e determinar, o mais precisamente possível, a provável leitura original. Um princípio seguido é o de que quanto mais antigo for um manuscrito, mais provável é que ele seja preciso, todas as outras coisas sendo iguais. O que aconteceu é que nos mais de três séculos entre a tradução da King James Version e essas versões mais recentes, um grande número de manuscritos foi descoberto, muitos deles considerados mais confiáveis do que os disponíveis em 1611. E os melhores destes não contêm 1 João 5:7. Parece que, em vez de terem sido escritas por João, essas palavras foram inseridas por algum copista, talvez como um comentário, e então foram incorporadas em alguns manuscritos posteriores.

Isso não deve perturbar a fé do crente. Nossa fé é baseada no ensino dos textos originais, como os escritores os escreveram, e nosso objetivo deve ser, portanto, aproximar o mais próximo possível do conteúdo real desses escritos originais. Embora existam severas condenações nas Escrituras no que diz respeito a subtrair de seus ensinamentos, é importante observar que as mesmas condenações se aplicam a acrescentá-los (Deuteronômio 4:2, 12:32; Apocalipse 22:18). Consequentemente, por mais que desejemos a declaração clara da King James sobre este assunto, não devemos

insistir nisso se realmente não pertencer ao texto das Escrituras. Isso não quer dizer que o que aquele texto afirma não seja verdade, mas apenas que não é explicitamente afirmado neste ponto do material bíblico. Nem, em meu julgamento, quaisquer outros textos das Escrituras fazem uma declaração explícita desta doutrina.

Isso, então, significa que a doutrina não é bíblica? Não, mas significa que, se devemos considerar a doutrina da Trindade uma doutrina bíblica, devemos buscar a evidência dela em passagens mais implícitas, passagens das quais a doutrina pode ser deduzida, talvez após uma indução de um grande número de tais passagens. Além disso, a prática de alguns dos personagens do drama bíblico pode ser instrutiva. Por exemplo, adorar uma pessoa indica uma crença na divindade dessa pessoa. Além disso, pode haver algumas indicações de que um determinado escritor bíblico estava trabalhando a partir de tal suposição, mesmo que ele não o declare abertamente. É a eles que nos voltamos agora.

O Antigo Testamento. É natural que se espere que o ensino do Antigo Testamento sobre este assunto seja menos direto do que o do Novo Testamento. Assim, por exemplo, a ideia de encarnação não é realmente afirmada no Antigo Testamento. O que encontramos, em vez disso, são anomalias no testemunho do Antigo Testamento, que não ensinam necessariamente, mas são consistentes com a Trindade. Eles podem ser indícios da doutrina, que nos levam a essa conclusão.

Um desses fenômenos é a presença de plurais com respeito a Deus onde não os esperaríamos. O nome comum de Deus, *Elohim* em hebraico, é plural na forma. Esse fato particular pode não ser especialmente significativo, no entanto. O hebraico tem algo chamado “plural de majestade”, que é plural na forma, mas não indica necessariamente pluralidade numérica. É usado para personagens importantes, como reis. Esta palavra, então, pode não designar necessariamente qualquer tipo de pluralidade. Mais significativas são algumas das formas verbais, particularmente onde há uma mudança no número. Uma das mais claras delas é Gênesis

1:26: “Então disse Deus: ‘Façamos o homem à nossa imagem, à nossa semelhança’”. Aqui, o verbo inicial “disse” é singular, mas o verbo “façamos” está no plural, assim como as desinências possessivas nos substantivos, “nossa imagem” e “nossa semelhança”. A importância parece ser que, se este for o plural de majestade, Deus o usa com respeito a Si mesmo, mas o escritor não o usa para Deus. Que isso não devia ser simplesmente considerado como o plural de majestade é visto pelo fato de que os comentaristas judeus, que, é claro, estavam totalmente familiarizados com a língua, acharam necessário oferecer alguma explicação sobre esse plural. Alguns, como o Livro dos Jubileus, escrito na última metade do século II a.C., simplesmente alteram a leitura. Fílon, por outro lado, argumentou que Deus estava aqui Se dirigindo a Seus subordinados ou inferiores, a quem Ele utilizou no processo de criação. O Talmude de Jerusalém, que representa o judaísmo do primeiro século, argumentou que, uma vez que 1:27 refere-se a um Deus, 1:26 também.

Outra passagem, que não parece se encaixar na explicação do plural da majestade, é Gênesis 3:22: “Agora o homem se tornou como um de nós”. O Livro dos Jubileus não possui um versículo correspondente a este. O problema foi resolvido por omissão, mas o fato de que precisava ser omitido é significativo. Pápías, um rabino palestino do final do primeiro século, disse que o versículo implicava que Adão havia se tornado como um anjo. O Targum mais antigo, Onkelos, diz: “E o Senhor Deus disse: ‘Eis que o homem se tornou singular no mundo por si mesmo’”, uma alteração considerável do texto original da passagem. O Targum palestino e o Targum de Jerusalém lidam com o problema afirmando que Deus estava Se dirigindo aos anjos.

Outra passagem interessante é Gênesis 11:7, onde o Senhor diz: “Venham, desçamos e confundamos a língua que falam, para que não entendam mais uns aos outros”. A explicação de Fílon foi que Deus está rodeado de potências, e, quando Ele disse isso, Ele estava referindo-Se a essas potências. Eram esses poderes que

faziam a confusão das línguas, o que Deus não podia fazer por Si mesmo, pois isso é um mal.

No relato do encontro entre Abraão e os três homens em Gênesis 18, encontramos considerações especiais. Há uma série de alternâncias entre o singular e o plural. A declaração sobre o Senhor aparecendo a Abraão (v. 1) está no singular, mas, no versículo 2, Abraão vê três homens. No versículo 3, ele se dirige aos visitantes no singular, “meu Senhor”, mas, no versículo 4, fala a eles no plural. Essa alternância continua. “O Senhor” é usado nos versículos 10, 13, 14, 17, 19 e 22, mas “os homens” é a referência nos versículos 16 e 22. Então, no capítulo 19, dois homens aparecem a Ló, que os chama de “Senhor”. Esses fenômenos evocaram uma variedade de respostas dos comentaristas. O Targum palestino afirmou que três anjos foram enviados ao mesmo tempo, em vez de apenas um, porque cada um cumpriu uma missão diferente. Nenhuma explicação é dada do fato de que Abraão os chamou de “meu Senhor”. No versículo 10, a explicação é que apenas um anjo estava falando com Abraão, e, no versículo 20, o Targum deixa claro que “o Senhor” não deve ser identificado com os três homens, indicando antes que o Senhor estava falando aos anjos ministradores. Fílon, contudo, deu uma explicação bem diferente. Ele afirmou que realmente havia apenas um objeto, Deus, mas que, assim como um objeto pode projetar duas sombras simultaneamente, Deus pode ter uma aparência tripla, o que Ele fez aqui.

Mais uma passagem do Antigo Testamento, que tem recebido menos atenção do que as de Gênesis, é Isaías 6:8: “Então ouvi a voz do Senhor, conclamando: ‘Quem enviarei? Quem irá por nós?’”. A mudança do número do singular para o plural é significativa. O Targum aqui remove a dificuldade simplesmente removendo o pronome plural, de modo que a passagem diga: “Quem enviarei para profetizar e quem irá pregar?”.

Uma consideração adicional do Antigo Testamento diz respeito à natureza da unidade de Deus. A mais conhecida das passagens que

declara que Deus é um é o Shemá de Deuteronômio 6:4,5: “Ouça, ó Israel: O Senhor, o nosso Deus, é o único Senhor. Ame o Senhor, o seu Deus, de todo o seu coração, de toda a sua alma e de todas as suas forças”. O argumento aqui é que, porque há apenas um que é Deus, não deve haver, nem precisa haver, nenhuma divisão da lealdade do povo. A natureza dessa unidade é importante, no entanto. Existe uma palavra hebraica para um, *yahid*, que significa simplesmente unicidade. É a palavra usada por Isaque na ordem de Jeová a Abraão para oferecer Isaque em sacrifício (Gênesis 22:2,12,16). A palavra aqui, *ehad*, no entanto, embora também possa ter o significado de único, pode ser usada para falar de uma unidade que é na verdade uma união ou composição de vários fatores. É usado, por exemplo, em Gênesis 2:24: “Por essa razão, o homem deixará pai e mãe e se unirá à sua mulher, e eles se tornarão uma só carne”. O uso desta palavra se encaixa bem com a ideia de que esta é, na verdade, uma união de três.

A fórmula batismal. No Novo Testamento, embora ainda implícitos, os dados relevantes são de natureza mais direta. Uma variedade de tipos de material é relevante para nossa consideração. Uma das mais importantes é a fórmula batismal em Mateus 28:19, que liga as três Pessoas de uma forma tão íntima que implica igualdade: “Portanto, vão e façam discípulos de todas as nações, batizando-os em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo”. Vindo do próprio Jesus e dado como a fórmula a ser usada na administração do importante rito do batismo, este é um fato importante. É especialmente notável que, embora três pessoas sejam designadas aqui, a palavra “nome” está no singular. Há um conflito aparente com o batismo em nome de Jesus, em Atos 8:16. A explicação mais provável para esta referência, entretanto, é que esta não era uma fórmula prescrita, mas simplesmente uma declaração da natureza do batismo.

Referências triádicas: material paulino. Existem numerosos lugares nos escritos de Paulo em que as três Pessoas estão agrupadas. Em 2 Tessalonicenses 2:13,14, Paulo diz aos tessalonicenses que Deus os escolheu para serem salvos, e que

isso foi realizado por meio da obra santificadora do Espírito Santo, para que eles pudessem compartilhar a glória de Jesus Cristo. Em 1 Coríntios 12:4—6, Paulo está falando contra o espírito partidário da Igreja em Corinto. Depois de lembrar aos leitores a unidade que o Espírito traz, ele relaciona isso sucessivamente a cada membro da Trindade: “Há diferentes tipos de dons, mas o Espírito é o mesmo. Há diferentes tipos de ministérios, mas o Senhor é o mesmo. Há diferentes formas de atuação, mas é o mesmo Deus quem efetua tudo em todos”.

Uma das referências mais significativas de Paulo, ocupando o mesmo nível de importância que a fórmula batismal, é a bênção triádica em 2 Coríntios 13:14: “A graça do Senhor Jesus Cristo, o amor de Deus e a comunhão do Espírito Santo sejam com todos vocês”. A estreita associação das três Pessoas neste trabalho combinado ou pelo menos coordenado sugere igual status. Paulo apresenta os três como se tivessem o direito de conceder tais bênçãos.

Em outras referências deste tipo, a associação das três Pessoas é mais sutil. Em Gálatas 3:11—14, Paulo discute a justificação e diz que uma pessoa é justificada diante de Deus (o Pai) pela obra redentora de Cristo, para que ela receba a promessa do Espírito. Em Gálatas 4:6, ele diz que Deus enviou o Espírito de Seu Filho aos nossos corações, o qual clama: “*Aba, Pai*”. Todos os três estão envolvidos neste relacionamento do crente com Deus. Da mesma forma, em 2 Coríntios 1:21,22, ele diz: “Ora, é Deus que faz que nós e vocês permaneçamos firmes em Cristo. Ele nos ungiu, nos selou como sua propriedade e pôs o seu Espírito em nossos corações como garantia do que está por vir”. Novamente, todas as três Pessoas fazem parte desta salvação.

Em Romanos 14:17,18, Paulo diz que o Reino de Deus não é uma questão de comer e beber, mas de justiça, paz e alegria no Espírito Santo. A razão é que todo aquele que serve a Cristo dessa maneira agrada a Deus e é aprovado pelos homens. Agradamos a Deus servindo a Cristo, o que fazemos no Espírito Santo. Parece, a

partir desta passagem, que os relacionamentos com os membros da Trindade não são separáveis. Se, de fato, Eles são uma triunidade, então não é possível se relacionar com nenhum dEles de forma independente. No próximo capítulo, Paulo discute seu ministério nesta forma triádica. Ele fala da graça que Deus lhe deu “de ser um ministro de Cristo Jesus para os gentios, com o dever sacerdotal de proclamar o evangelho de Deus, para que os gentios se tornem uma oferta aceitável a Deus, santificados pelo Espírito Santo. Portanto, eu me glorio em Cristo Jesus, em meu serviço a Deus” (vv. 16,17). Ele é um ministro de Cristo, proclamando o evangelho de Deus, mas o objetivo é que os gentios se tornem aceitáveis a Deus, santificados pelo Espírito Santo. Além disso, ele continua falando sobre o que Cristo realizou por meio dele pelo poder do Espírito (vv. 18,19). No versículo 30, ele exorta seus leitores, pelo Senhor Jesus Cristo e pelo amor do Espírito, a orarem a Deus por ele. Todo o seu ministério foi conduzido no contexto do Deus Triúno.

Existem outras referências triádicas nas cartas mais curtas de Paulo. Em Filipenses 3:3, ele escreve sobre aqueles que adoram pelo Espírito de Deus, que se gloriam em Cristo Jesus. Em Colossenses 1:3—8, ele agradece a Deus a fé de seus leitores em Jesus Cristo e por seu amor, que está no Espírito. Embora Efésios seja um livro relativamente curto, ele é rico de referências triádicas. Paulo fala de como os crentes foram reconciliados por Cristo (2:13) com Deus Pai (v. 16), a quem eles agora têm acesso por um só Espírito (v. 18). Efésios 3:14—16 constitui uma oração e uma bênção para os efésios. Paulo se ajoelha diante do Pai (v. 14) e ora para que Ele fortaleça os crentes (v. 16), a fim de que sejam cheios da plenitude de Deus (v. 19), para que haja glória ao Pai na Igreja e em Cristo Jesus (v. 21). Sua oração é que Cristo possa habitar em seus corações pela fé (v. 17) e que eles possam compreender o amor de Cristo (v. 18). O fortalecimento de Deus para eles em seu ser interior é por meio de Seu Espírito (v. 16).

Referências triádicas: Outros autores do Novo Testamento. Paulo não é o único autor do Novo Testamento que usa esse padrão triádico. Em 1 Pedro 1:2, o apóstolo dirige-se a seus leitores como

tendo sido “escolhidos de acordo com o pré-conhecimento de Deus Pai, pela obra santificadora do Espírito, para a obediência a Jesus Cristo e a aspersão do seu sangue”. Em 1 Pedro 4:14, ele fala do sofrimento que seus leitores devem experimentar: “Se vocês são insultados por causa do nome de Cristo, felizes são vocês, pois o Espírito da glória, o Espírito de Deus, repousa sobre vocês”. Abordando uma situação semelhante de sofrimento, Judas exorta seus ouvintes: “Edifiquem-se, porém, amados, na santíssima fé que vocês têm, orando no Espírito Santo. Mantenham-se no amor de Deus, enquanto esperam que a misericórdia de nosso Senhor Jesus Cristo os leve para a vida eterna” (vv. 20,21).

O livro de Hebreus contém pelo menos duas referências desse tipo triádico. Na passagem de advertência 6:4—6, o autor fala daqueles que experimentaram a bondade da palavra de Deus e foram iluminados pelo Espírito Santo; ao cair, eles crucificam o Filho de Deus novamente. Assim como a fé tem uma referência trina, também aparentemente a apostasia tem. Em 10:29, embora não haja menção explícita do Pai, há um paralelo entre o Filho e o Espírito: “Imaginem quanto mais severo deve ser o castigo daquele que pisou o Filho de Deus, profanou o sangue da aliança com o qual foi santificado e insultou o Espírito da graça!”.

Mais uma referência merece menção aqui. Em Atos 20:28, Paulo se dirige a um grupo de anciãos: “Cuidem de vocês mesmos e de todo o rebanho no qual o Espírito Santo os colocou como bispos, para pastorearem a igreja de Deus, a qual ele comprou com o seu próprio sangue”. Embora não haja nenhuma referência explícita a Jesus Cristo, o Filho, por nome, é evidente que Ele é aquele que comprou a Igreja com Seu sangue. Se esta interpretação estiver correta, então esta é uma declaração do relacionamento do Deus triúno com a Igreja. É a Igreja de Deus, redimida pelo Filho, e o Espírito Santo nomeou seus supervisores.

A força dessas referências triádicas, encontradas principalmente, mas não exclusivamente, nos escritos de Paulo, é que cada pessoa da Trindade está relacionada com a experiência da salvação, com a

Igreja e sua liderança, e com a vivência da vida cristã, bem como à apostasia da fé. Assim, pode-se ver que, para esses autores bíblicos, ser cristão é estar relacionado com o Deus triúno e com cada uma das três Pessoas da Trindade em termos do ministério único e específico de cada uma.

A estrutura dos escritos paulinos. Outra característica dos escritos paulinos, mais sutil, mas de muitas maneiras mais difundida, é significativa ao indicar que Paulo pensava na Divindade em termos de um padrão triádico. Quando examinamos o esboço de seus escritos, parece que Paulo não pensou no trabalho de qualquer um dos membros da Trindade sem também relacionar isso aos outros. Assim, embora ele possa se preocupar principalmente com um dos três, os outros também são introduzidos sucessivamente. Isso pode ser visto na maneira como vários de seus livros se desenrolam.

O livro de Romanos, o escrito mais longo e doutrinário de Paulo, ilustra essa característica de forma bastante clara em seus primeiros oito capítulos. De 1:18 a 3:20, Paulo expõe o julgamento de Deus sobre gentios e judeus. Então, de 3:21 a 8:1, ele trata da justificação pela fé em Jesus Cristo. Finalmente, 8:2—30 compreende uma das discussões bíblicas mais completas sobre o Espírito Santo e a vida nEle.

Da mesma forma, em 1 Coríntios, Paulo está lidando com problemas dentro da Igreja, especialmente a questão da unidade da Igreja. Os tratamentos das diferentes Pessoas se alternam e se sobrepõem. Inicialmente, Paulo discute Cristo como o poder e a sabedoria de Deus, em contraste com a sabedoria do mundo (1:18—2:9). Ele então expõe a instrução dada pelo Espírito (2:10—16), após a qual ele retorna a Jesus Cristo como o fundamento da obra dos homens (3:10—15). Em seguida, vem uma declaração de que os homens são o templo de Deus no qual o Espírito Santo habita (3:16—17). Quando Paulo discute os dons do Espírito (12—14), ele o faz no contexto do bem-estar do corpo de Cristo, incluindo a discussão da Ceia do Senhor, que compara a Igreja como o corpo

metafórico de Cristo, ao corpo literal de Cristo. Embora simplesmente descreva, em vez de analisar, a relação do Filho e do Espírito, contra o pano de fundo do Pai, é evidente que, para Paulo, Eles estão intimamente ligados um ao outro.

Embora Paulo realmente não trate do problema trinitário de nenhuma maneira formal, às vezes, ele parece estar ciente do problema do relacionamento entre as três Pessoas. Isso talvez seja visto com mais clareza em sua declaração em 1 Coríntios 8:6: “Para nós, porém, há um só Deus, o Pai, de quem são todas as coisas e para quem existimos, e um só Senhor, Jesus Cristo, por meio de quem todas as coisas existem e por meio de quem também nós existimos”. Embora Paulo não elabore a declaração, e os respectivos significados de Deus e Senhor não sejam completamente claros, parece que a singularidade e distinção das duas Pessoas e também a estreita conexão das duas estavam dentro do alcance de seu pensamento.

Em Gálatas, Paulo estava muito preocupado com a questão da justificação. Depois de defender sua autoridade como apóstolo e insistir na necessidade da mensagem do Evangelho, ele apoia isso demonstrando a singularidade da justificação pela fé na obra expiatória de Cristo (3:1—22). Isso é seguido por uma discussão sobre o status dos crentes como filhos de Deus (3:23—4:31). Ele então retorna à liberdade alcançada pela obra de Cristo (5:1—15), antes de concluir com uma discussão sobre a vida no Espírito, contrastando o fruto do Espírito com as obras da carne (5:16—6:10).

Em todos esses livros, o padrão triádico de Pai, Filho e Espírito Santo está claramente presente, embora a ordem dos Três varie. Paulo realmente não tenta resolver as relações entre os Três. Embora ele não indique a prioridade relativa das três Pessoas, há um tom de subordinação em algumas de suas passagens. Por exemplo, em 1 Coríntios 15:24, ele escreve sobre Cristo entregando o Reino ao Pai. Em Filipenses 2:1—11, ele fala da auto-humilhação do Filho, como Ele Se esvaziou das prerrogativas de igualdade com o Pai, e então foi exaltado por Deus e recebeu o Nome mais

elevado. Ele discute a obra do Espírito em Romanos 8:9—11 de maneira a não distinguir nitidamente entre a habitação do Espírito Santo e a do Filho.

João lida mais diretamente do que qualquer outro escritor do Novo Testamento com o relacionamento dos membros da Trindade. Uma das passagens mais conhecidas é o prólogo de seu Evangelho. Ele diz: “O Verbo estava com Deus, e o Verbo era Deus” (1:1). Embora tenha havido um debate considerável sobre o significado do primeiro “Deus” sem o artigo, parece que João está, em certo sentido, afirmando a divindade do Filho e ainda distinguindo o Filho do Pai.

De especial importância são as declarações de João relatando as declarações de Jesus sobre a equivalência de relacionamento ou ação do Filho e do Pai. Por exemplo, em João 14:23,24, “Respondeu Jesus: ‘Se alguém me ama, guardará a minha palavra. Meu Pai o amará, nós viremos a ele e faremos nele morada. Aquele que não me ama não guarda as minhas palavras. Estas palavras que vocês estão ouvindo não são minhas; são de meu Pai que me enviou’. Aqui, a obediência às palavras de Jesus traz um relacionamento com o Pai; as palavras não são meramente do Filho, mas pertencem também ao Pai. Estar relacionado a Um é estar relacionado ao Outro, mas Pai e Filho não são simplesmente nomes diferentes para a mesma pessoa. Eles estão intimamente relacionados e suas ações estão interligadas.

Uma passagem semelhante é João 14:20,21. Depois de informar seus ouvintes que “Estou em meu Pai, e vocês em mim, e eu em vocês”, Jesus prossegue dizendo: “Quem tem os meus mandamentos e lhes obedece, esse é o que me ama. Aquele que me ama será amado por meu Pai, e eu também o amarei e me revelarei a ele”. Porque Ele está no Pai, a pessoa que guarda Seus mandamentos, aparentemente, também guarda os mandamentos do Pai e é amada pelo Pai.

No capítulo 5, João dá várias indicações de como o relacionamento com Jesus afeta o relacionamento com o Pai. Quem

ouve as palavras de Jesus e as pratica tem vida eterna e não é condenado (v. 24). No futuro, os mortos ouvirão a voz do Filho de Deus e viverão (v. 25) porque o Pai concedeu ao Filho autoridade para julgar (vv. 26,27). Aqueles para quem Ele está falando não têm a palavra do Pai habitando neles, porque eles não acreditam naquEle que Ele enviou (v. 38). Fazer as obras que Deus requer envolve acreditar naquele que Ele enviou (v. 29). Da mesma forma, no capítulo 8, Jesus responde à pergunta: “Onde está o seu pai?” dizendo: “Vocês não conhecem nem a mim nem a meu Pai. Se me conhecessem, também conheceriam a meu Pai” (v. 19). Mais tarde no capítulo, Ele diz: “Se Deus fosse o seu Pai, você me amaria, porque eu vim de Deus e agora estou aqui. Eu não vim sozinho; mas ele me enviou” (v. 42).

Em João 12:44,45, Jesus diz explicitamente: “Quem crê em mim, não crê apenas em mim, mas naquele que me enviou. Quem me vê, vê aquele que me enviou”. Da mesma forma, em João 14:7, relata-se que Jesus disse: “Se vocês realmente me conhecessem, conheceriam também o meu Pai. Já agora vocês o conhecem e o têm visto”, e a ideia é repetida no versículo 9. O inverso também aparece, em 15:23,24: “Aquele que me odeia, também odeia o meu Pai... Mas agora eles as viram e odiaram a mim e a meu Pai”. Mais tarde, Ele diz sobre aqueles que irão matar Seus seguidores: “Farão essas coisas porque não conheceram nem o Pai, nem a mim” (João 16:3).

As epístolas de João também contêm paralelos com esses ensinamentos. Em 1 João 2:24, João escreve: “Quanto a vocês, cuidem para que aquilo que ouviram desde o princípio permaneça em vocês. Se o que ouviram desde o princípio permanecer em vocês, vocês também permanecerão no Filho e no Pai”. Em 1 João 4:12—16, ele indica que estar em Deus depende de reconhecer o Filho a quem Ele enviou, e sabemos que temos esse relacionamento por causa do Espírito que Deus enviou.

Além dessas numerosas passagens que declaram que a relação com o Pai e a relação com o Filho estão conectadas, há um grupo

de passagens que enfatizam a unidade do Pai e do Filho. Em João 10:28—30, Jesus fala da segurança de seus seguidores: “Eu lhes dou a vida eterna, e elas jamais perecerão; ninguém as poderá arrancar da minha mão. Meu Pai, que as deu para mim, é maior do que todos; ninguém as pode arrancar da mão de meu Pai. Eu e o Pai somos um”. Em sua oração em João 17:11—23, Jesus ora pela unidade dos crentes, e duas vezes explicitamente relaciona isso com Sua unidade com o Pai: “para que sejam um, assim como somos um” (vv. 11,22). No versículo 21, Ele diz: “para que todos sejam um, Pai, como tu estás em mim e eu em ti”. No versículo 23, Ele ora: “Eu neles e tu em mim. Que eles sejam levados à plena unidade, para que o mundo saiba que tu me enviaste, e os amaste como igualmente me amaste”. Receber glória do Filho é indiretamente também recebê-la do Pai (v. 22). Jesus acrescenta: “Eu neles e tu em mim” (v. 23). A ideia do Pai estar no Filho e o Filho no Pai também é encontrada em João 10:38. Em João 13:31, a glorificação do Pai e do Filho parece virtualmente inseparável. Então, no capítulo 14, Filipe pede para ver o Pai, e Jesus responde: “Você não crê que eu estou no Pai e que o Pai está em mim? As palavras que eu lhes digo não são apenas minhas. Pelo contrário, o Pai, que vive em mim, está realizando a sua obra. Creiam em mim quando digo que estou no Pai e que o Pai está em mim; ou pelo menos creiam por causa das mesmas obras” (vv. 10,11).

Outra consideração interessante é como João enfatiza a filiação de Jesus e a paternidade de Deus — muito mais fortemente do que qualquer outro escritor do Novo Testamento. Isso pode ser verificado por uma análise estatística simples. Vincent Taylor calculou que o título “Pai” ocorre 121 vezes no Evangelho de João e 16 vezes em suas cartas, em comparação com 123 vezes em todo o restante do Novo Testamento. Quase tão impressionante é o fato de que a palavra “Filho” é usada 28 vezes no Evangelho de João, 24 vezes em suas epístolas e 67 vezes no restante do Novo Testamento.

Finalmente, há um grupo de passagens que indicam um contato muito próximo ou conhecimento do Pai pelo Filho. O prólogo do

Evangelho contém duas declarações desse tipo. O versículo 14 diz: “Aquele que é a Palavra tornou-se carne e viveu entre nós. Vimos a sua glória, glória como do Unigênito vindo do Pai, cheio de graça e de verdade”. No versículo 18, João escreve: Ninguém jamais viu a Deus, mas o Deus Unigênito, que está junto do Pai, o tornou conhecido”. Jesus faz uma declaração semelhante em 6,46: “Ninguém viu o Pai, a não ser aquele que vem de Deus; somente ele viu ao Pai”. Em João 8, o relato da discussão de Jesus com os judeus, há três referências desse tipo geral. No versículo 42, Jesus afirma ter vindo de Deus; no versículo 55, Ele alega conhecimento do Pai que eles não têm, e, no versículo 58, Ele faz a afirmação mais ousada: “Eu lhes afirmo que antes de Abraão nascer, Eu Sou!”. Esta última declaração foi evidentemente entendida como uma reivindicação à Divindade, pois os judeus pegaram pedras para apedrejá-Lo.

Podemos dizer, então, que, quando todo o texto da Escritura é levado a sério, surge a doutrina da Trindade, a qual ensina claramente que Deus é um e é único, que Ele é o único Deus verdadeiro e existente. Ela ensina, direta ou indiretamente, que existem três Pessoas que são totalmente divinas: o Pai, o Filho e o Espírito Santo. E também ensina, indiretamente e por implicação, que esses Três são um.

Capítulo 2:

A Doutrina da Trindade faz sentido?

Agora nos encontramos em um sério dilema. Por um lado, com base no que examinamos no capítulo anterior, concluímos que, se nos agarrarmos à autoridade da Bíblia, somos levados a afirmar algo que é a doutrina da Trindade, a saber, que Deus é um e que há Três que nas Escrituras são identificados como sendo Deus ou sendo de natureza divina: o Pai, o Filho e o Espírito Santo. Assim, parece que devemos acreditar que Deus é Três em um.

Por outro lado, enfrentamos a questão de saber se é realmente possível acreditar nessa doutrina incomum. Pois parece desafiar nosso entendimento lógico. Como pode ser que Deus é Três e Ele é um? Pois, se Ele tem Três, então Ele não pode ser um, e, se Ele é um, Ele também não pode ser Três. Na melhor das hipóteses, a doutrina é intrigante; na pior das hipóteses, é uma contradição absoluta. Assim, parece que, embora tenhamos que acreditar em bases bíblicas, não podemos acreditar em bases lógicas ou racionais. Devemos escolher entre nosso compromisso cristão e nossa racionalidade?

Alguns de nossos contemporâneos afirmam que isso não é realmente um problema, ou pelo menos não é um problema significativo. Pois a concepção de que apenas o que não é contraditório pode ser acreditado é considerada por eles uma ideia ultrapassada, ligada ao racionalismo do período moderno, mas agora suplantada por algo chamado pós-modernismo. Portanto, não precisamos resolver a aparente tensão entre a trindade divina e a unidade divina.

Eu sugeriria, no entanto, que não é assim que as pessoas funcionam na vida cotidiana, não importa de que cultura participem. Se eu for a um supermercado, selecionar três pães e passar no caixa, o operador passará três pães. Todos os meus protestos de que tenho apenas um pão serão inúteis. Pois, no mundo comum das transações humanas, minha afirmação de que tenho apenas um pão e a afirmação do funcionário do supermercado de que tenho três não podem ser ambas verdadeiras. Ambos podem ser falsos (posso ter dois pães, quatro pães ou nenhum pão), mas não podem ser ambos verdadeiros. Assim, se dissermos a alguém, ou, nesse caso, dissermos a nós mesmos, que Deus é três e que também é um, teremos dificuldade em acreditar.

Tudo isso teve o efeito de fazer os cristãos que acreditam nessa estranha doutrina parecerem incoerentes. Na verdade, foi feita a acusação de que “os cristãos são pessoas que não sabem somar”. Devemos estar condenados a ser vistos dessa maneira, se

quisermos continuar a manter essa doutrina? Devemos convocar os crentes e aspirantes a crentes a se engajarem no que, às vezes, é chamado de “crucificação do intelecto”? Alguns até fizeram dessa tensão lógica uma virtude. Tertuliano, no século III, sustentou que a fé cristã (Jerusalém) não tinha nada a ver com a sabedoria filosófica (Atenas). Kierkegaard, no século XIX, sustentou que a fé cristã é inerentemente paradoxal e, portanto, porque ofende o intelecto racional, torna a fé genuína possível e necessária.

Se Deus é infinito e nós somos finitos, nunca seremos totalmente capazes de compreendê-Lo. A plenitude do que Ele é excederá nossa capacidade de compreensão. Portanto, não podemos esperar resolver totalmente este grande mistério. Dito isso, porém, é possível que possamos pelo menos aliviar um pouco a tensão, para tornar o mistério parcialmente compreensível? Em geral, a maioria das tentativas de explicar a Trindade caiu em dois tipos principais: aqueles que enfatizam a unidade e procuram explicar a trindade de Deus à luz disso, e aqueles que enfatizam a trindade e tratam a unidade no relacionamento para isso. Os primeiros tendem, entretanto, a algum tipo de modalismo, isto é, a visão de que Deus é simplesmente uma pessoa, com três modos diferentes de existência. Os últimos, por outro lado, tendem ao triteísmo, ou seja, a crença em três Deuses. Observei que, na prática, muitos cristãos tendem a alternar entre essas duas posições, e algo dessa alternância pode ser uma necessidade prática.

Antes de prosseguirmos, no entanto, precisamos perguntar mais precisamente o que significa uma contradição. Uma afirmação é contraditória se afirma duas coisas contraditórias sobre o mesmo assunto ao mesmo tempo e no mesmo aspecto. Com isso em mente, podemos ter uma dica de como uma aparente contradição pode não ser isso. Se digo: “Minha casa é branca” e “Minha casa é cinza”, não estou fazendo uma declaração contraditória, a menos que queira dizer que é cinza e branco ao mesmo tempo e no mesmo aspecto. Talvez eu tenha pintado minha casa, que antes era branca, de cinza. Se as afirmações foram feitas com um mês de diferença, ambas são verdadeiras, mas não são contraditórias, porque não

estão afirmando que a casa é cinza ao mesmo tempo que é branca. Ou talvez as paredes da casa sejam cinza, mas o acabamento é branco. Assim, diferentes partes da casa são cinza e branco. Embora seja cinza e branco ao mesmo tempo, não é cinza e branco ao mesmo tempo. A doutrina da Trindade é contraditória somente se Deus é três ao mesmo tempo que Ele é um e no mesmo aspecto que Ele é um. O esforço dos teólogos cristãos ao longo dos anos tem sido discernir a diferença em Deus ser um e também ser três. Portanto, não é o mesmo que afirmar que um determinado triângulo tem quatro vértices.

Quando examinados de perto, descobrimos que realmente não podemos acreditar em uma contradição, porque não sabemos em que acreditar, ou mais especificamente, em qual das afirmações contraditórias acreditar. É a dificuldade com o paradoxo do mentiroso. Se alguém lhe disser: “Não estou dizendo a verdade agora” ou “a afirmação que estou proferindo é falsa”, você acredita nessa afirmação ou não? O problema é que, se a afirmação é verdadeira, ela é, conseqüentemente, falsa. Se a implicação não for direta em uma afirmação, pode ser mais fácil deixar de ver a contradição, como na camiseta da American Philosophical Association, na frente da qual aparece a frase: “A frase nas costas desta camisa é falsa”, e nas costas dela está a frase: “A frase na frente desta camisa é verdadeira”. Pode-se acreditar em qualquer uma dessas frases, mas não nas duas ao mesmo tempo. Se houver um número suficiente de declarações intermediárias entre as duas que se contradizem, pode ser ainda menos óbvio, mas o problema, quando visto, é igualmente grave. Mesmo aqueles que negam a lei da contradição não podem evitar assumi-la, pois, se eles estão alegando que suas declarações são em algum sentido verdadeiras, então elas também não podem ser falsas. Não podemos simplesmente descartar o problema lógico.

No entanto, não será suficiente afirmar a doutrina da Trindade em termos que não se contradigam. Devemos procurar dar algum conteúdo real e concreto à doutrina, de modo que saibamos não apenas no que não acreditamos ou do que desacreditamos, mas no

que acreditamos. Para algumas pessoas, não é o caso de não acreditarem na Trindade. Para eles, é uma questão de não saber se acreditam ou não, porque não sabem o que diz a doutrina. Uma coisa é ser solicitado a aceitar algo pela fé, mas algo bem diferente é ser solicitado a aceitar algo pela fé quando não se sabe no que lhe foi pedido que cresse. A descrença pode não ser realmente incredulidade, se houver falta de compreensão do conceito da doutrina. Da mesma forma, deixar de rejeitar uma doutrina pode não indicar que realmente haja uma crença positiva na doutrina. Neste último caso, a crença aparente pode realmente ser um pequeno caso de “crença no grande seja o que for”.

Isso não significa que a compreensão completa e absolutamente precisa da Trindade seja essencial para que alguém seja um verdadeiro cristão. Somos salvos pela fé em Jesus Cristo e no Deus triúno, não por nossa adesão à teologia correta. No entanto, se, como mostraremos no próximo capítulo, nossa vida espiritual for beneficiada e enriquecida pela doutrina da Trindade, quanto melhor entendermos a doutrina, mais forte será esse relacionamento.

Esforços históricos para explicar a Trindade Desde os primeiros dias da Igreja, os cristãos têm se empenhado em fornecer alguma elucidação sobre a Trindade. Curiosamente, muitos dos entendimentos mais recentes da Trindade são meramente versões reformuladas ou variações dessas declarações clássicas. Visto que George Santayana estava correto em sua famosa declaração de que “aqueles que não conseguem se lembrar do passado estão condenados a repeti-lo”, pode ser benéfico olhar brevemente para algumas dessas explicações e ver se elas podem ser consideradas satisfatórias. Essas são principalmente perguntas sobre a natureza de Jesus e Seu relacionamento com o Pai. Existem duas razões pelas quais a atenção se concentrou primeiro nisso. Primeiro, o entendimento completo do Espírito Santo não foi desenvolvido tão cedo quanto o entendimento do Filho. Em segundo lugar, a dificuldade lógica é aguda no ponto de considerar uma segunda pessoa divina. Adicionar uma terceira pessoa não muda de forma significativa a dificuldade do problema.

Redefinindo a deidade de Cristo. Uma visão foi denominada “monarquianismo dinâmico”, porque buscava preservar, acima de tudo, a supremacia plena de Deus Pai e o fazia enfatizando o trabalho ativo do Pai dentro do Filho. Essa visão também combinava com o adocionismo. Este é o ensinamento de que Jesus não era divino em nenhum sentido desde o momento de Sua concepção ou nascimento, mas foi, em algum momento de Sua vida, elevado a uma posição de divindade, em certo sentido. Por causa do forte ensino monoteísta do antigo Judaísmo, esses cristãos sentiram que deviam preservar essa distinção. Portanto, essas pessoas estavam perguntando de que maneira poderiam entender a natureza de Jesus. Basicamente, a solução deles foi argumentar que, antes de Seu batismo, Jesus era simplesmente um homem comum, não diferente de ninguém. No entanto, em Seu batismo, como indica o texto bíblico, o Espírito Santo desceu sobre Ele de maneira notável. Era o poder de Deus habitando nEle. Assim, porque o poder e a atividade de Deus estavam tão fortemente presentes nEle, é apropriado falar dEle como um com o Pai. No entanto, essa unidade não deve ser pensada como uma questão metafísica, isto é, como sendo transformada na mesma natureza do Pai. Em vez disso, a unidade era uma unidade moral. A analogia sobre a qual pensar a relação da presença do divino em Cristo, de acordo com Jaroslav Pelikan, é aquela da união do cristão com o “homem interior”, ou a relação dos profetas do Antigo Testamento com o Espírito, que os inspirou a falar e escrever.

Essa abordagem tinha a virtude de aliviar a tensão entre a aparente divindade do Filho e a do Pai. Ela fez isso redefinindo aquela divindade de forma que não fosse tanto que Jesus era Deus, mas que Deus estava presente e operando em Jesus. O texto perfeito para essa visão era 2 Coríntios 5:19: “Deus estava em Cristo reconciliando consigo o mundo, não levando em conta os pecados dos seres humanos e nos confiando a palavra da reconciliação”. Isso faz com que a diferença entre Jesus e os cristãos seja mais de grau do que de tipo. Não é que Deus estava em Jesus de uma maneira que Ele não está nos crentes, mas, sim, de uma forma que Ele não está trabalhando em nós.

Apesar da aparente solução que essa abordagem oferecia, a Igreja oficialmente decidiu que não era satisfatória, condenando-a em um concílio composto por bispos de todo o Cristianismo. Olhando para trás, de nosso ponto de vista histórico, podemos ver que eles agiram sabiamente nesta decisão. Pois o monarquianismo dinâmico comprou essa solução por um preço muito alto. Ele reuniu um único texto em seu apoio, um texto que não necessariamente ensina o que eles afirmavam ter ensinado, mas o fez negando ou rejeitando muitas passagens das Escrituras que ensinavam não apenas a identidade qualitativa da natureza de Jesus com o Pai, mas também a preexistência da segunda pessoa da Trindade e a encarnação como realidade desde o próprio ponto de concepção.

Essa visão não é simplesmente algo do passado. O teólogo escocês W. Robertson Smith, acusado de negar a divindade de Jesus, teria dito: “Como eles podem dizer isso? Eu nunca neguei a divindade de nenhum homem, muito menos a de Jesus”. E uma canção que muitos cristãos ortodoxos cantam há anos, “Senhor, somos capazes”, contém uma frase interessante: “Nossos espíritos são Teus; Remodele-os, faça-nos, como Tu, divinos”.

Negando a distinção do Filho do Pai. Uma segunda “solução” teve uma abordagem bastante diferente. Em vez de negar ou modificar a compreensão de Jesus como Deus, essa abordagem ensinou claramente que Jesus era Deus no mesmo sentido e no mesmo grau que o Pai. Na verdade, afirmava que o Filho era o Pai e o Pai era o Filho. Eles eram uma pessoa idêntica. Foi o Pai que entrou no ventre de Maria, nasceu como Jesus de Nazaré, sofreu, morreu e ressuscitou. As distinções de Pai, Filho e Espírito Santo não são distinções reais como pessoas, mas sim papéis distintos que o único Deus desempenha sucessivamente em diferentes períodos da história.

Nesse modelo, Deus é como um ator que desempenha vários papéis diferentes em uma peça, vestindo roupas e maquiagem diferentes. Certa vez, eu morava ao lado de um ator que fazia vários programas para uma estação de rádio cristã naquela cidade,

incluindo um programa nacionalmente distribuído. Certo dia, perguntei o que ele havia feito naquele dia e ele me contou sobre um programa que ele e outras duas pessoas haviam gravado. Ele disse: “Éramos três atores e, juntos, representamos um total de onze personagens”. Esse é o sentido em que esses cristãos sentiram que Deus Jesus era divino. Sua declaração, “Eu e o Pai somos um” (João 10:30), deve ser interpretada literalmente. Em versões posteriores dessa visão, surgiu a ideia de que Deus desempenhava o papel de Pai no Antigo Testamento, de Jesus nos Evangelhos e do Espírito Santo no livro de Atos e nas Epístolas.

Temos aqui uma solução genuinamente criativa e, de certa forma, brilhante, para o problema. Permite que os Três sejam completamente divinos e, de maneira mais enfática, preserva a unidade da Divindade. Além disso, encaixa-se bem com o fato óbvio de que o Pai tem maior proeminência no Antigo Testamento, assim como o Filho nos Evangelhos e o Espírito Santo no restante do Novo Testamento. Também se encaixa bem com a declaração de Jesus de que Ele deve ir para que o Espírito Santo venha. No entanto, apesar dessas virtudes, devemos também julgar essa solução insatisfatória, como fez a Igreja do século III. Muitos problemas estão envolvidos quando alguém olha para o ensino completo das Escrituras, especialmente dos Evangelhos. Existem lugares onde duas ou todas as três Pessoas aparecem no palco simultaneamente, como no batismo de Jesus, quando o Pai falou do Céu e o Espírito desceu sobre Jesus como uma pomba (Lucas 3:21,22). Quando Jesus orou durante Seu ministério na terra, a quem Ele orou? E, quando Deus era o menino Jesus, ou um feto no ventre de Maria, Ele estava, nessa forma, controlando e preservando o Universo? Como Deus poderia realmente Se tornar limitado em conhecimento e poder no Jesus encarnado, e ainda ter o relacionamento com a criação que a Divindade deve ter? Esses e outros problemas tornam essa explicação inaceitável.

Não pensemos que esta seja uma visão há muito esquecida ou obscura e esotérica, entretanto. Durante meu pastorado em Chicago, conduzi um jovem casal à fé pessoal em Jesus Cristo.

Quando sua frequência na igreja começou a ser um tanto irregular, porém, visitei-os em sua casa. O marido explicou-me que sempre teve dificuldade com a doutrina da Trindade, e eu também reconheci uma dificuldade semelhante. Mas, disse ele, um colega de trabalho havia compartilhado com ele o ensino de sua igreja, e isso havia resolvido esse difícil problema. Ele me deu um folheto daquela igreja, e eu imediatamente reconheci seus ensinamentos como exatamente essa doutrina modalista que a Igreja rejeitou há tanto tempo. Existem igrejas, muito conservadoras e bíblicas em suas outras doutrinas, que abraçaram esse ensino específico. Mais uma vez, uma proposta aparentemente promissora pode ter pago um preço muito alto para resolver a tensão da Trindade.

Redefinindo a relação entre o Pai e o Filho. Um tipo final de solução era reafirmar a natureza do relacionamento entre o Pai e o Filho. Em vez de sustentar que ambos eram eternos e iguais e, em última análise, Deus, tanto um quanto o outro, essa visão sustentava a ideia de que o Filho era uma criatura trazida à existência pelo Pai. Ele era, com certeza, a mais alta das criaturas, mas uma criatura, no entanto. Ele foi o intermediário entre o Pai e o resto da criação, o agente por meio do qual o Pai realizou Sua obra de criação. Tomando Provérbios 8:22—31 como uma declaração messiânica, esses cristãos concluíram que ela constituía uma evidência em apoio à sua teoria, especialmente os versículos 22,23: “O Senhor me criou como o princípio de seu caminho, antes das suas obras mais antigas; fui formada desde a eternidade, desde o princípio, antes de existir a terra”. Pode ser apropriado chamá-Lo de deus, uma espécie de semideus, mas certamente não era o caso de Ele ser o mesmo tipo de Deus que era o Pai. Outros textos bíblicos que também pareciam apoiar esta doutrina da superioridade do Pai e inferioridade do Filho incluem o seguinte:

Passagens em que Jesus indica Sua inferioridade ao Pai, como “o Pai é maior do que eu” (João 14:28).

Passagens em que Jesus Se distingue claramente de Deus, como “Por que você me chama bom?”, respondeu Jesus. ‘Não

há ninguém que seja bom, a não ser somente Deus’.” (Marcos 10:18; Lucas 18:19).

Passagens que indicam limitação de conhecimento ou poder, como “Quanto ao dia e à hora ninguém sabe, nem os anjos no céu, nem o Filho, senão somente o Pai” (Marcos 13:32).

Passagens que indicam crescimento ou desenvolvimento dentro de Jesus, como “Jesus ia crescendo em sabedoria, estatura e graça diante de Deus e dos homens” (Lucas 2:52).

Tomados individualmente, textos como esses podem não impressionar. Quando olhados coletivamente, no entanto, eles parecem projetar uma imagem consoante com a ideia de que o Filho é a criatura mais elevada, um degrau abaixo de Deus Pai.

Essa ideia, mais uma vez, não morreu com sua condenação por um conselho da Igreja. Em vez disso, ela vive em nossos dias. Recentemente, duas jovens tocaram nossa campainha. Como minha esposa e eu estávamos ocupados, não pude convidá-las a entrar. Eu sabia, porém, o que elas eram e em que acreditavam. Elas representam um grupo relativamente grande, ativo e crescente que se autodenomina Testemunhas de Jeová, e sua visão de Jesus Cristo e da Trindade é precisamente a que acabamos de descrever. A antiga heresia do Arianismo está viva e bem.

Quando o Concílio de Nicéia em 325 condenou a visão ariana, o assunto não foi encerrado. O termo usado pela declaração oficial do Conselho foi *homoousios*, o que significa, literalmente, “da mesma essência ou natureza”. Uma parte chegou muito perto dessa posição sem realmente adotá-la. Eles, chamados de semiarianos, sustentavam que Jesus não era *homoousios* com o Pai, mas *homoiousios*, de natureza semelhante. Essa variação aparentemente leve também foi considerada pela Igreja como uma

compreensão incompleta da natureza do Filho. O historiador Gibbon ridicularizou isso como uma disputa furiosa sobre a diferença causada por um único ditongo. No entanto, no julgamento da Igreja, há uma grande diferença entre um Jesus que é igual ao Pai e um Jesus que é meramente semelhante ao Pai. O primeiro poderia suportar os pecados da humanidade; o último não. Por menor que seja uma letra ou um sinal de pontuação, sua presença pode fazer uma grande diferença no significado. Por exemplo, um satírico alguns anos atrás reafirmou o título do livro de Daniel Day Williams, *O que teólogos atuais estão pensando como O quê? Teólogos atuais estão pensando*^[4]. Certa vez, produzi um boletim da igreja que felicitava um casal recém-casado que havia sido “desamarrado pelo casamento” (substituí-o antes de ser distribuído). Pequenas diferenças podem ter grandes implicações.

A fórmula ortodoxa. Diante de teorias como essas que acabamos de examinar, a Igreja, reunida em concílio, decidiu que nenhuma delas era suficiente. Seus bispos, reunidos em Calcedônia no ano 451, procuraram enunciar o verdadeiro significado da Trindade, declarando que Deus é uma natureza ou essência ou substância, mas três Pessoas. Em certo sentido, entretanto, essa não era realmente a resposta, mas a pergunta. Indicou o que a doutrina correta não era, mas não deu realmente conteúdo ao que Deus é. O que “substância” e “pessoa” significam neste contexto? Para nós hoje, a palavra “pessoa” sugere um indivíduo distinto, mas naquela época significava algo mais parecido com a nossa palavra “persona”, a máscara usada por um ator no palco. Precisaremos buscar analogias mais contemporâneas que nos capacitem a dar sentido ao ensino em um mundo não tão familiarizado com a metafísica grega.

A busca por analogias Uma maneira de tentar entender como Deus pode ser três e um é buscar analogias, exemplos paralelos de maneiras em que algo é três e também um. Os cristãos extraíram essas analogias ou ilustrações de uma variedade de reinos, mas especialmente do universo físico. A maioria dos cristãos está familiarizada com muitas delas. A Trindade foi comparada à água,

que pode existir na forma sólida, líquida ou vaporosa. A Trindade é, às vezes, comparada a um ovo, que inclui a casca, a gema e a clara. Às vezes, é comparado a algum objeto composto de partes, como uma tesoura ou uma calça. Todas essas, é claro, têm alguns defeitos. Ou elas fazem as Pessoas da Trindade parecerem partes ou pedaços da Divindade, ou fazem uma analogia da Trindade com algo que está em diferentes formas em diferentes momentos ou sob diferentes condições, mas não verdadeiramente simultaneamente.

Quase dezesseis séculos atrás, o teólogo/filósofo Agostinho escreveu uma importante obra sobre a Trindade. Foi o produto de muitos anos de trabalho e representou sua tentativa de enfrentar esse grande mistério. Ele observou que, de todos os objetos criados, apenas o humano foi feito à imagem de Deus. Sendo esse o caso, parecia razoável a Agostinho que, se Deus é triúno, o melhor reflexo ou analogia de sua natureza trina seria encontrada na criatura que carrega Sua imagem. Consequentemente, ele procurou por dimensões da personalidade humana que pudessem lançar luz sobre a natureza trina de Deus.

A premissa básica do argumento de Agostinho era sólida, embora a forma específica que assumiu tenha algumas deficiências do nosso ponto de vista hoje. O que buscamos são imagens que utilizem a parte do que agora sabemos sobre a personalidade humana e que façam jus a ela. Aqui é útil notar a considerável lacuna cultural que existe entre nós nos séculos XX e XXI e as formulações dadas há tantos séculos.

Por um lado, a terminologia usada naquela época não tinha exatamente o significado exato que carrega para nós hoje. Especificamente, o termo latino “persona” ou o termo grego “hipóstase”, embora melhor traduzido como “pessoa”, não significa exatamente o que queremos dizer com a palavra “pessoa” hoje no inglês americano. Devemos ter cuidado para não reler algumas ideias do século XX ou XXI no pensamento dos primeiros concílios da Igreja, e mesmo no conteúdo das Escrituras. Além disso, esses teólogos estavam trabalhando com um veículo filosófico que incluía

conceitos como substância, que não são significativos para um grande número de pessoas hoje, e para muitos filósofos técnicos não são sustentáveis à luz de algumas coisas que agora entendemos da ciência e outras disciplinas.

Uma abordagem considera o termo “Filho” a chave para entender a relação entre pelo menos os dois primeiros membros da Trindade. Talvez, diz esta visão, Deus seja triúno e divino, mas Deus nunca foi total ou eternamente uma Trindade. Assim, pelo menos por um tempo não houve Trindade, apenas uma unidade, de modo que, pelo menos por esse período, não enfrentamos a aparente tensão entre a unidade e a trindade. Deus deve ser considerado o Pai porque, em algum momento, Ele trouxe o Filho à existência. A analogia de Pai e Filho deve, portanto, ser considerada como mais do que apenas uma metáfora. O resultado final dessa versão é geralmente que a geração foi mais como uma adoção do que um nascimento. Em algum ponto da vida do homem Jesus de Nazaré, Deus, com base na receptividade, espiritualidade e obediência incomuns de Jesus, O aceitou como Seu Filho e O elevou à divindade. Ele O adotou. O ponto com o qual isso é geralmente identificado é o batismo, quando o Espírito desce sobre Jesus, e o Pai diz: “Tu és o meu Filho amado; em ti me agrado” (Lucas 3:22).

Embora esta teoria tenha a virtude de levar a sério um termo bíblico importante, ela enfrenta dificuldades no ensino bíblico da preexistência de Jesus. Isso é visto em várias declarações de Jesus. A mais proeminente delas foi Sua afirmação: “Eu lhes afirmo que antes de Abraão nascer, Eu Sou” (João 8:58). A preexistência também é afirmada em Sua oração na véspera de sua traição: “E agora, Pai, glorifica-me junto a ti, com a glória que eu tinha contigo antes que o mundo existisse” (João 17:5). Também está implícito em João 6:62: “Que acontecerá se vocês virem o Filho do homem subir para onde estava antes!”. Paulo também afirmou claramente esta doutrina em Filipenses 2:6 e Colossenses 1:15, e aludiu a ela em 1 Coríntios 8:6 e 2 Coríntios 8:9. Portanto, essa ideia deve ser abandonada por não preservar a imagem bíblica completa da segunda pessoa da Trindade.

Uma ideia, que enfatiza a unidade mais do que a trindade, é a de uma única pessoa humana que ocupa papéis diferentes em várias áreas de sua experiência. Assim, uma determinada pessoa pode ser marido e pai, membro da igreja e funcionário de uma empresa. Essas diferentes funções frequentemente interagem umas com as outras e podem até entrar em conflito. Isso é então considerado como as três Pessoas da Trindade, que são capazes de cumprir diferentes funções, simultaneamente. A desvantagem dessa analogia é que a distinção entra em jogo particularmente quando há desacordo ou tensão entre os papéis. Quando estão em perfeita harmonia, há poucas evidências de que haja mais de um. Na verdade, os exemplos mais dramáticos dessa diferenciação de papéis são encontrados em casos de psicologia anormal. Tendências modalísticas estão implícitas nesta analogia.

Outra analogia, que transmite a ênfase oposta, é a ideia de gêmeos idênticos. Eles são pessoas separadas, mas geneticamente são idênticos uns aos outros. Outra analogia intimamente relacionada, que se mostraria preferível aos teólogos que sustentam que o Filho é gerado ou gerado eternamente, é a dos clones. Ela também inclui a ideia de identidade genética, mas com uma pessoa derivada da outra. O ponto em ambos é que, qualitativamente (pelo menos na medida em que as características da pessoa são hereditárias, em vez de ambientais), as duas pessoas são idênticas. Isso defenderia uma essência comum, que se encaixa na ideia de Deus como três pessoas com uma essência.

Alguns ofereceram a ideia de uma “cristologia de influência” como solução para o problema. Donald Baillie encontrou a chave para a divindade de Cristo na passagem paulina: “Deus estava em Cristo” (2 Coríntios 5:19), e utilizou essa frase como título de seu livro. Nessa visão, é mais correto dizer que Deus estava em Cristo do que dizer que Cristo era Deus. A analogia correta a ser usada é a de Deus ou Cristo operando no crente, à qual a Bíblia frequentemente alude (por exemplo, João 15; Colossenses 1:27). Isso significa que Deus estava presente e ativo em Cristo, agindo nEle, mas não que Jesus fosse, em qualquer sentido,

metafisicamente divino. Isso nos dá a capacidade de nos identificarmos com Jesus e, em particular, nos permite reconhecer Sua humanidade plena. Essa abordagem sofre em dois pontos, no entanto.

Em primeiro lugar, requer que compreendamos um conceito obscuro por meio de outro, que também é obscuro. Não compreendemos totalmente como Cristo habita e trabalha em nós, e um mistério não é realmente explicado por meio de outro mistério. Além disso, no entanto, isso está em conflito com algumas passagens, como Hebreus 1:3 (“O Filho é o resplendor da glória de Deus e a expressão exata do seu ser, sustentando todas as coisas por sua palavra poderosa”) e Filipenses 2:6 (“embora sendo Deus, não considerou que o ser igual a Deus era algo a que devia apegar-se”).

Um esforço um tanto semelhante ilustra a encarnação usando o representante autorizado de uma pessoa importante, que recebeu autoridade para agir em seu nome. Portanto, neste modelo, Jesus era aquele que agia e falava por Deus, mas que não deveria ser considerado divino em essência. Isso novamente entra em conflito com o testemunho bíblico da verdadeira divindade metafísica de Jesus.

Às vezes, a ideia usada é a de três pessoas que possuem a mesma propriedade em regime de arrendamento conjunto. O que pertence a um pertence (contingentemente) ao outro. Se uma das partes no arrendamento conjunto morre, a outra recebe a parte dessa pessoa. Nenhum pode agir sem o outro, no entanto. Vender ou dar o todo requer ação de ambos. Da mesma forma, em uma parceria, cada parceiro torna-se responsável pelas ações do outro. Essas analogias enfatizam mais os Três do que a unidade. A unidade é mais uma unidade legal ou biológica do que uma unidade da essência. Parece que, se o modelo deve transmitir a ideia de três em algum vínculo estreito um com o outro, uma analogia mais forte precisará ser encontrada.

Um tema antigo que foi recentemente revivido fortemente é a pericorese. Esta é a ideia da interpenetração da vida e da personalidade dentro da Divindade, a ideia de que o Pai, o Filho e o Espírito Santo estão ligados em uma unidade tão estreita que a vida de cada um flui através de cada um dos outros, e cada um tem acesso ao pensamento e à experiência dos outros. É visto como uma versão muito forte da empatia humana.

Esse entendimento se baseia na concepção de que a realidade mais básica ou fundamental é espiritual. Não defendemos um dualismo último, isto é, uma visão em que existem dois princípios últimos, o espiritual e o material. “No princípio, Deus...” (Gênesis 1:1) é como o relato da criação começa, e “Deus é espírito” nos é dito em João (4:24). Assim, espírito e personalidade sempre existiram, e a matéria passou a existir por meio do ato criativo da pessoa suprema, Deus. Se for esse o caso, a personalidade é a chave para a compreensão do mistério da Trindade.

Nesse esquema, é importante enfatizar que a realidade espiritual da qual estamos falando é de natureza pessoal. Esta afirmação pode parecer óbvia e desnecessária, mas é necessária em nossos dias. Existem numerosas pessoas religiosas, predominantemente na parte oriental do mundo, mas também nos Estados Unidos, cuja compreensão da realidade é que ela é espiritual, mas não pessoal. Deus, neste modelo, está presente em tudo e é tudo. Isso é panteísmo. A divindade dessa filosofia religiosa é espiritual e universal, mas ela não é, de fato, uma pessoa com quem se possa interagir. A realidade última, que existia antes de qualquer outra coisa existir, é uma pessoa.

Personalidade envolve a ideia de interação com outras pessoas, no entanto. Há um sentido em que (algo como a ideia de potencialidade de Aristóteles) uma pessoa não é realmente total ou ativamente pessoal separada da interação com outras pessoas. A pessoa suprema, de acordo com a teologia cristã, não ficava solitária. Ele agiu para trazer à existência a realidade externa a Ele, e não apenas o universo físico, mas também as pessoas humanas.

Em grande medida, essas pessoas existem com o propósito de se relacionar com o Deus criador e sustentador. Como afirma o Breve Catecismo de Westminster: “O objetivo principal do homem é glorificar a Deus e desfrutá-Lo para sempre”^[5].

Se a realidade é fundamentalmente física, a força primária que a une é eletromagnética. Se, entretanto, a realidade é fundamentalmente social, então a força constituinte mais poderosa é aquela que une as pessoas, a saber, o amor. Estamos aqui usando o “amor” como a força atrativa da preocupação altruísta pela outra pessoa.

Por isso, propomos pensar a Trindade como uma sociedade, um complexo de pessoas, que, no entanto, são um só ser. Embora essa sociedade de pessoas tenha dimensões em seus inter-relacionamentos que não encontramos entre os humanos, existem alguns paralelos esclarecedores. O amor é o relacionamento vinculativo dentro da Divindade que une cada uma das Pessoas com cada uma das outras. A declaração em 1 João 4:8,16, “Deus é amor”, não é uma definição de Deus, nem é meramente uma declaração de um atributo entre outros. É uma caracterização muito básica de Deus. O amor é uma dimensão tão poderosa da natureza de Deus que une três Pessoas tão intimamente que elas são realmente uma.

Em certo sentido, o fato de Deus ser amor exige que Ele seja mais do que uma pessoa. O amor deve ter um sujeito e um objeto. Assim, antes da criação de outras pessoas, humanos, Deus não poderia ter realmente amado e, portanto, não teria sido verdadeiramente amor. Se, no entanto, sempre houve várias pessoas dentro da própria Trindade, entre as quais o amor pudesse ser exercido, expresso e experimentado mutuamente, então Deus sempre poderia ter amado ativamente. O amor genuíno requer que haja alguém que possa ser amado, e isso seria necessariamente mais do que mero narcisismo. Assim, o Pai ama o Filho; o Filho ama o Pai; o Pai ama o Espírito Santo; o Espírito Santo ama o Pai; o Filho ama o Espírito Santo; o Espírito Santo ama o Filho. Porque

Deus é três Pessoas, ao invés de duas, há uma dimensão de abertura e extensão não necessariamente encontrada em um relacionamento amoroso entre duas pessoas, que, às vezes, pode ser bastante fechado na natureza.

Esta ideia de que a unidade das pessoas da Trindade é a do amor pode parecer um tanto insuficiente, entretanto. Com as pessoas humanas, o amor não é completo ou perfeito. Existem certos fatores que separam as pessoas humanas, mesmo os amigos mais próximos ou amantes, que trabalham contra sua unidade, separando-os ou isolando-os uns dos outros. Esses fatores não estão presentes no relacionamento entre os membros da Trindade, no entanto.

O primeiro desses fatores de separação são nossos corpos físicos. Estamos separados, e a lei da física que afirma que dois corpos físicos não podem ocupar o mesmo lugar no espaço terá sempre esse efeito, como se vê na colisão de automóveis ou jogadores de futebol. Essa separação física tem o benefício de tornar os seres humanos separados individualmente identificáveis e distinguíveis, o que seria mais difícil se eles pudessem ocupar o mesmo espaço. Há a desvantagem de que a comunicação entre duas pessoas humanas deve ocorrer por meio de algum meio. Os gregos pensavam que o toque era o mais eficaz dos sentidos, porque não envolvia um meio de percepção. Isso pode não ser totalmente verdade, mas o meio talvez seja um fator menor do que em outras formas de comunicação. Com Deus, entretanto, esse tipo de separação não ocorre entre os membros da Trindade.

Um segundo fator que separa as pessoas humanas umas das outras são as experiências diferentes. Na medida em que não tivemos experiências semelhantes, temos dificuldade em nos identificar um com o outro e, frequentemente, não tivemos exatamente a mesma experiência. Isso também afeta negativamente o processo de comunicação. Usamos um determinado símbolo, supondo que a outra pessoa entenda por ele a mesma coisa que nós. Assim, podemos pensar que concordamos

quando não concordamos, ou que discordamos quando, na verdade, estamos falando sobre coisas diferentes. Não podemos “entrar na cabeça da outra pessoa” para experimentar o que ela experimentou. Na Divindade, entretanto, esse problema não ocorre. Se a pericorese é uma questão real, então cada um dos membros da Trindade não apenas experimenta o que os outros estão experimentando no momento presente, mas sempre foi assim, com todas as experiências que qualquer um dEles já teve.

Um terceiro fator de separação ou isolamento com pessoas humanas é a preocupação consigo mesmo, com suas próprias necessidades e problemas, o que torna difícil se concentrar, compreender ou ter empatia com outras pessoas. Realmente compreender a outra pessoa requer a capacidade de se colocar no lugar dessa pessoa. Por estarmos tão envolvidos com nossas próprias necessidades e problemas, achamos difícil realmente nos concentrar nas preocupações do outro. Porque Deus está orientado para os outros e está completamente seguro em Si mesmo, cada uma das Pessoas da Trindade também o é, e cada uma é capaz de Se identificar totalmente com as experiências de cada uma das outras. Não há nada para distraí-los disso.

Há, no entanto, uma qualificação principal em tudo o que dissemos, a saber, a encarnação. Porque um membro da Trindade assumiu a natureza humana sem deixar de ser totalmente divino, Ele Se tornou uma pessoa divino-humana, não apenas uma pessoa divina. Certas limitações estavam envolvidas nesta encarnação. Tomar um corpo físico envolvia ter uma localização física definida, e isso significava separação do Pai. Aparentemente, durante este tempo de encarnação, o Filho não teve acesso direto à consciência do Pai e do Espírito Santo. Ele não sabia conscientemente tudo o que o Pai sabia, como o tempo de Sua segunda vinda: “Quanto ao dia e à hora ninguém sabe, nem os anjos dos céus, nem o Filho, senão somente o Pai” (Mateus 24:36). Foi necessário que Ele orasse várias vezes durante Seu ministério terreno, indicando que Ele aparentemente precisava expressar Seus pensamentos e sentimentos ao Pai.

Esse amor que caracteriza a Trindade é o ágape, amor altruísta que se preocupa com o bem-estar do outro. Isso vai contra a ênfase atual em amar a si mesmo. No entanto, em certos pontos, esse amor próprio narcisista parece verdadeiro até mesmo em relação a Deus. Pois se, afinal de contas, esses Três estão tão intimamente ligados a ponto de serem inseparáveis e, portanto, em certo sentido um, Deus não está realmente amando a Si mesmo ao amar os outros membros da Trindade? Duas observações precisam ser feitas aqui. Em certo sentido, amamos a nós mesmos ao amar outra pessoa que nos ama. Se amar a outra pessoa inclui amar as coisas que ela ama, então, ao amar aquele que nos ama, também amaremos a nós mesmos, mas não direta ou egoisticamente. Além disso, se o amor é a preocupação com o bem-estar final de outra pessoa, então há casos em que esse tipo de preocupação com o outro significará exercer essa preocupação por si mesmo. Um marido, por exemplo, sabendo da tristeza que sua perda de saúde ou morte traria para sua esposa, estaria preocupado com sua saúde, por esse motivo. E, em uma escala maior, se uma nação está sob ataque, seu chefe executivo precisaria tomar medidas para proteger sua própria vida, porque sua segurança seria importante para a segurança e o bem-estar dos cidadãos de seu país. Ceder seu lugar seguro aos cidadãos não seria a coisa mais amorosa a se fazer. Seu ato para seu bem-estar final seria, na verdade, uma expressão de preocupação com o bem-estar final das pessoas. Portanto, cada membro da Trindade ama a Si mesmo amando os outros, porque cada um dos outros O ama e porque cada um dos outros depende dEle.

Esta analogia sugere uma ênfase na distinção da consciência das três pessoas, e ainda uma proximidade de relacionamento em que a vida de cada um flui através dos outros, e em que cada um é dependente dos outros para a vida, e para o que Ele é. A proximidade do relacionamento é vista nos ensinamentos de Jesus. Uma passagem bastante notável é João 14:8—11:

*Disse Filipe: “Senhor, mostra-nos o Pai, e isso nos basta”.
Jesus respondeu: “Você não me conhece, Filipe, mesmo depois*

de eu ter estado com vocês durante tanto tempo? Quem me vê, vê o Pai. Como você pode dizer: ‘Mostra-nos o Pai’? Você não crê que eu estou no Pai e que o Pai está em mim? As palavras que eu lhes digo não são apenas minhas. Pelo contrário, o Pai, que vive em mim, está realizando a sua obra. Creiam em mim quando digo que estou no Pai e que o Pai está em mim; ou pelo menos creiam por causa das mesmas obras.

Observe a ênfase na interpenetração do Pai e do Filho, e a atuação do Pai no Filho e por meio dEle. O versículo 20, “Naquele dia compreenderão que estou em meu Pai, vocês em mim, e eu em vocês”, constitui uma declaração de transição para o capítulo seguinte. Lá, Jesus dá Seu ensinamento sobre Si mesmo e os crentes como sendo a videira e os ramos — eles devem estar nEle de uma forma semelhante a Seu ser no Pai (15:9,10). Embora o relacionamento do crente com Jesus seja apenas uma metáfora parcial para o relacionamento muito mais próximo do Filho com o Pai, deve haver algum ponto de semelhança analógica. Esse paralelo é repetido na oração do sumo sacerdote, na qual Jesus ora para que Seus seguidores sejam um como Ele e o Pai são um (João 17:21,22).

Agora precisamos explorar mais a natureza dessa unidade. Como observamos no capítulo anterior, é mais a ideia de união do que de simplicidade ou singularidade. Estamos pensando aqui em uma união na qual os Três estão tão intimamente ligados que a vida de cada um flui também através dos outros. Cada um tem acesso imediato à consciência e às experiências dos outros. Isso significa que cada um depende dos outros para Sua própria vida e para ser divino. Não seria possível que um dos membros da Trindade deixasse de existir, ou se separasse da Divindade, e os outros dois continuassem existindo como Deus.

É comum falar do Filho procedente do Pai ou gerado pelo Pai. O Espírito também foi entendido como procedente do Pai, tendo Sua vida derivada dEle. A Igreja ocidental acrescentou a frase e o pensamento “e do Filho”, o que a Igreja oriental não fez. No modelo

que estamos expondo, entretanto, cada uma das pessoas procede ou é gerada por cada uma das outras. Há uma produção mútua de cada uma das pessoas por cada uma das outras.

Pode ser útil, neste contexto, pensar na Divindade como um organismo espiritual. Isso significa que os Três estão tão ligados entre Si e tão interdependentes que não podem existir separadamente. Podemos pensar, no corpo humano, no coração, nos pulmões e no cérebro. Cada um não é a pessoa por si só. No entanto, é somente por causa da união desses órgãos (e de muitos outros) que a pessoa é uma pessoa. Não seria possível que um ou dois dos três existissem sem o(s) outro(s). Sem qualquer um desses órgãos vitais (ou um substituto), você não teria um ser humano e não teria um coração ou pulmões humanos. Você teria um humano morto e um coração ou pulmões mortos. Cada um supre cada um dos outros com sua vida. Assim, da mesma forma, o Pai, o Filho e o Espírito Santo, cada um supre os outros com sua vida. Nenhum dos Três poderia ser, ou poderia ser Deus, sem cada um dos outros dois.

Um exemplo ainda melhor seria o de gêmeos siameses, que ocorrem quando um único óvulo fertilizado não se divide adequadamente. Estes são gêmeos que estão unidos de tal forma que compartilham alguns órgãos. Normalmente existe um sistema circulatório interconectado, de modo que os fluidos vitais fluem por todo o corpo conjunto. Em muitos casos, as duas pessoas compartilham alguns órgãos vitais, de modo que só podem ser separadas cirurgicamente com o sacrifício da vida de uma delas, ou mesmo de ambas.

Um exemplo bastante recente são os gêmeos Holton, Katie e Eilish, filhos de pais que moravam nos arredores de Dublin, na Irlanda. Eles eram unidos do ombro ao quadril e compartilhavam um fígado e um sistema intestinal. Eles tinham duas pernas e dois braços quase no lugar normal, com dois braços adicionais projetando-se do meio das costas. Eles tinham dois corações e o restante dos órgãos normais aproximadamente da maneira usual,

embora seu torso fosse maior e mais pesado do que o normal para uma única criança. Os pais tiveram que tomar a decisão agonizante de aprovar a cirurgia, tentando separá-los. Eles estavam decididos que, sob nenhuma condição, decidiriam sacrificar a vida de um para preservar a vida do outro. Finalmente, foi tomada a decisão de prosseguir com a operação, que foi tentada em maio de 1992. Eilish sobreviveu, mas Katie morreu após alguns dias. Uma autópsia revelou que seu coração estava fraco e subdesenvolvido, e que ela contava com a ação do coração de Eilish para fornecer sangue à sua parte do corpo. Eilish mostrou fortes indícios de que sentia falta de Katie. Aqui estava um caso em que não apenas os corpos, mas as vidas dos dois estavam tão entrelaçados que um literalmente dependia do outro para a sobrevivência física, e o este último dependia muito fortemente do primeiro psicologicamente. Considerando que as personalidades dos dois gêmeos eram bastante diferentes, o Sr. e a Sra. Holton testemunharam que Eilish, que era a mais séria das duas, agora assumia algumas das qualidades da personalidade de Katie, especialmente sua brincadeira, de modo que, nas palavras dos pais: “É como se uma parte de Katie também vivesse”.

Isso nos leva a mais um aspecto do Deus triúno. O conceito de pericorese significa que não apenas os três membros da Divindade Se interpenetram e fornecem Suas vidas uns aos outros, mas que todos os Três estão envolvidos em todas as obras de Deus. Algumas dessas obras são principalmente a execução de uma delas em vez de outras, mas todos participam até certo ponto do que é feito. Assim, embora a obra de redenção e especificamente expiação fosse realizada pelo Filho encarnado, o Pai e o Espírito também estavam envolvidos em algum sentido. Da mesma forma, embora a santificação seja primariamente obra do Espírito Santo, o Pai e o Filho também estão envolvidos.

Os materiais bíblicos a respeito da obra de criação de Deus substanciam essa controvérsia. No Antigo Testamento, como seria de se esperar da natureza progressiva da revelação, a criação é simplesmente atribuída a Deus. No Novo Testamento, entretanto, há

um quadro mais completo e diferenciado. Um dos textos mais úteis é 1 Coríntios 8:6. Por se basear no Salmo 96:5, em Isaías 37:16 e em Jeremias 10:11,12, que afirmam que Deus criou tudo o que existe, Paulo parece estar elaborando o significado desses textos. Ele diz: “Para nós, porém, há um único Deus, o Pai, de quem vêm todas as coisas e para quem vivemos; e um só Senhor, Jesus Cristo, por meio de quem vieram todas as coisas e por meio de quem vivemos”. Em João 1:3, também temos uma indicação do papel do Filho na criação: “Todas as coisas foram feitas por intermédio dele; sem ele, nada do que existe teria sido feito”. Em Hebreus 1:10, o Pai é citado dizendo ao Filho: “E também diz: “No princípio, Senhor, firmaste os fundamentos da terra, e os céus são obras das tuas mãos”. Embora nem sempre seja possível demonstrar a equivalência do Espírito Santo do Velho Testamento com o Espírito Santo, esses textos podem provavelmente ser usados coletivamente para o Espírito Santo, que Pedro identificou com o Espírito de Deus do Velho Testamento em Atos 2:28. Os textos relevantes — como Gênesis 1:2; Jó 26:13, 33: 4; Salmos 104:30; Isaías 40:12,13 — indicam um envolvimento e participação do Espírito de Deus no processo de criação.

Menos claramente, mas também distintamente, a Escritura indica a participação de todos os três membros da Trindade na obra de redenção. Embora fosse definitivamente apenas o Filho que Se encarnou, sofreu, morreu e ressuscitou, o Pai enviou Seu Filho, dando-O como o sacrifício pelos nossos pecados (João 3:16; 1 João 4:10; Romanos 3:25). Isso foi muito parecido com Abraão sendo chamado para sacrificar Isaque (Gênesis 22:1—19). Qualquer pai sensível e amoroso experimenta indiretamente o sofrimento de seu filho. Com o Pai, para quem a empatia e a identificação com o Filho eram muito maiores, houve uma vivência desse sofrimento e, portanto, uma participação no sacrifício. Até o Espírito Santo estava ativo na obra redentora. O Espírito veio sobre Jesus e capacitou Seu ministério. Sua própria vida foi vivida no poder do Espírito. Assim, por exemplo, lemos que “Jesus foi levado pelo Espírito ao deserto, para ser tentado pelo diabo” (Mateus 4:1). Em Lucas 10:21, Jesus, “exultando no Espírito Santo”, louvou o Pai. Podemos inferir

que foi pelo Espírito dentro dEle que Jesus foi capaz de oferecer Sua vida em sacrifício.

Um problema lógico especial relacionado com a doutrina da Trindade é a questão de como Suas obras estão relacionadas. Certos trabalhos parecem ser atribuídos não apenas a uma, mas a duas ou todas as três pessoas da Trindade. Provavelmente, o mais proeminente deles é a obra da criação. Ela geralmente é atribuída ao Pai. No Antigo Testamento, era simplesmente obra de Deus. Há no Novo Testamento, no entanto, indicações do trabalho de cada um dos Três. Um excelente exemplo é a declaração de Paulo em 1 Coríntios 8:6, por meio da qual ele exorta seus leitores a não se envolverem na prática de comer alimentos oferecidos a ídolos. Ao contrastar Deus com ídolos, Paulo segue o argumento de várias passagens do Antigo Testamento — Salmo 96:5; Isaías 37:16; Jeremias 10:11,12. A ideia é que o Deus verdadeiro criou tudo o que existe, ao passo que esses falsos deuses, esses ídolos, são incapazes de criar qualquer coisa. Paulo prossegue, dizendo: “para nós, porém, há um único Deus, o Pai, de quem vêm todas as coisas e para quem vivemos; e um só Senhor, Jesus Cristo, por meio de quem vieram todas as coisas e por meio de quem vivemos”. Aqui está uma declaração que parece indicar a dependência de toda a criação do Pai e do Filho. Este não é o único lugar onde o trabalho criativo é atribuído ao Filho. João escreveu: “Todas as coisas foram feitas por intermédio dele; sem ele, nada do que existe teria sido feito” (João 1:3). Em Colossenses 1:16, Paulo diz: “pois nele foram criadas todas as coisas nos céus e na terra, as visíveis e as invisíveis, sejam tronos ou soberanias, poderes ou autoridades; todas as coisas foram criadas por ele e para ele”. Uma declaração semelhante é Hebreus 1:10. Existem também passagens que parecem indicar a participação do Espírito Santo na obra da criação, dentre as quais Gênesis 1:2; Jó 26:13, 33:4; Salmos 104:30; e Isaías 40:12,13. O problema lógico é como o Filho ou o Espírito Santo podem ser aquEles que criam, se isso é feito pelo Pai.

Aqui pode ser útil pensar na criação na analogia de um edifício que é construído. Quem é a causa dessa construção? Várias

respostas poderiam ser dadas, cada uma das quais sendo verdadeira à sua maneira. Pode-se dizer que o arquiteto é a causa, pois ele é a fonte do projeto que se concretiza. Isso é visto, por exemplo, ao se referir a uma estrutura como “um edifício Frank Lloyd Wright”. O empreiteiro evidentemente é a causa e pode erguer uma placa proclamando que esta é “uma casa Smith”. No entanto, as pessoas que realmente constroem a casa são os operários da construção, os carpinteiros, encanadores, eletricitistas e outros, que realmente realizam o trabalho de construção. Os fornecedores de materiais de construção, que entregam os materiais necessários ao local, podem ser identificados como a causa, pois sem eles os construtores não seriam capazes de construir nada.

Pode-se dizer também, porém, que a causa da construção é a agência de crédito, uma vez que fornece os fundos necessários para pagar todas as pessoas precedentes. Em última análise, no entanto, os proprietários, que assinam os papéis autorizando todos os materiais e mão de obra reais e se obrigando a pagar a hipoteca, eles podem corretamente alegar que construíram a casa. Na verdade, é claro, todos eles constroem ou causam a casa, mas cada um de uma maneira diferente. Assim, é possível pensar no Pai como o originador ou fonte da criação, o Filho como o projetista ou organizador da criação, e o Espírito como o executor do ato da criação, que segue o projeto.

O que tentamos fazer neste capítulo foi oferecer um modelo ou analogia dos relacionamentos entre os membros da Trindade que pode nos capacitar melhor a compreendê-La. O modelo que propusemos enfatiza que as três pessoas constituem três centros de consciência dentro de um ser, capazes de interagir entre Si. Propusemos ainda que Eles estão, entretanto, tão intimamente ligados pelo poder centrípeto do amor, que são inseparáveis. A vida de cada um flui através de cada um dos outros, de modo que cada um pode ser considerado a base da vida de cada um dos outros. Nenhum poderia existir independentemente dos outros. Porque esta vida divina comum flui através de cada um dos três, cada um experimenta a consciência do outro, e nenhuma das obras de

qualquer um deles é feita independentemente dos outros. Assim, todas as obras divinas, seja a criação, redenção, santificação ou qualquer outra, embora em cada caso mais particularmente a obra de um membro do que de outros, são, no entanto, a obra de toda a Trindade.

Em última análise, não resolvemos totalmente os problemas lógicos de pensar em Deus como três e um, mas reduzimos um pouco a tensão. Sem a vida além, nunca eliminaremos totalmente essa tensão. No entanto, pode ser útil perceber que não é apenas a teologia que deve trabalhar com algumas tensões em seu sistema conceitual. Os físicos encontram um problema semelhante em seu esforço para compreender a natureza da luz. Por um lado, algumas de suas características podem ser explicadas apenas pensando-se na luz como ondas. Outras características da luz, entretanto, exigem que a concebamos como partículas de energia. Não pode, logicamente, ser os dois. Os físicos, entretanto, acham necessário considerar as duas coisas. Como um estudante de física certa vez me disse: “Na segunda, quarta e sexta-feira, pensamos na luz como ondas. Na terça, quinta e sábado, nós a imaginamos como partículas de energia” (Presumivelmente, os físicos não pensam sobre a natureza da luz no domingo). Da mesma forma, como cristãos, teremos que conviver com alguma tensão não resolvida em nossa compreensão da Trindade, embora não caiamos em contradição total.

Capítulo 1:

Capítulo 3:

A Doutrina da Trindade Faz Alguma Diferença?

Mais uma pergunta precisa ser feita. Examinamos o material bíblico e concluímos que a doutrina da Trindade é, de fato, encontrada lá, não ensinada explicitamente, mas implicitamente. Também examinamos a questão de saber se a doutrina da Trindade faz algum sentido e respondemos afirmativamente. Observamos que, embora a doutrina de que Deus é três e Deus é um pareça superficialmente uma contradição lógica, não é realmente assim. Existem maneiras de pensar em Deus que, embora não removendo os problemas lógicos inteiramente, pelo menos nos permitem ver um pouco mais completamente como pode ser que Deus seja um em um sentido diferente do que Ele é três.

A última pergunta também é importante, no entanto. Mesmo que estejamos convencidos de que a doutrina da Trindade é verdadeira, ou pelo menos poderia ser, que diferença isso faria? Afeta de alguma forma a maneira como conduzimos nossas vidas? Em outras palavras, ela é relevante?

Podemos notar imediatamente duas objeções que foram levantadas à idéia do significado prático da doutrina. Uma foi postulada pelo filósofo Immanuel Kant. Sua objeção baseava-se no princípio, a ideia de que uma doutrina como essa não poderia fazer qualquer diferença na prática. Ele disse: “Pela doutrina da Trindade, tomada literalmente, nada pode ser ganho para fins práticos, mesmo se alguém acreditar que a compreendeu — e menos ainda se estivermos conscientes de que ela ultrapassa todos os nossos conceitos”. Não faz diferença alguma, disse Kant, se adoramos três deuses ou dez, porque “é impossível extrair dessa diferença quaisquer regras diferentes para a vida prática”. A outra é do teólogo católico do século XX, Karl Rahner. Ele diz que, em suas vidas práticas, os cristãos são quase meros “monoteístas”. Ele diz: “Devemos estar dispostos a admitir que, caso a doutrina da

Trindade tenha de ser descartada como falsa, a maior parte da literatura religiosa poderia permanecer potencialmente inalterada”. Alguns certamente objetarão que a encarnação está bem no âmago da fé cristã, tanto religiosa como teologicamente, de modo que, por meio dela, a Trindade também é crucialmente importante. Isso, no entanto, de acordo com Rahner, também é irrelevante, pois, na prática real, a crença dessas pessoas é que “Deus” Se tornou homem e que “uma” das pessoas divinas Se encarnou, não especificamente que o Logos Se encarnou. Ele comenta: “Tem-se a sensação de que, para o catecismo da cabeça e do coração (em contraste com o catecismo impresso), a ideia cristã da encarnação não teria que mudar se não houvesse Trindade”. Isso é um argumento empírico. Não é que a doutrina não possa ter qualquer efeito prático, mas, na realidade, não tem. Como devemos responder a essas contestações?

Podemos notar, de forma preliminar, que, até certo ponto, a afirmação de Rahner está correta, mas isso não é necessariamente determinante. Pode ser mais um comentário sobre a qualidade da vida espiritual dos cristãos do que sobre a natureza da doutrina. A maioria dos cristãos tem o que chamo de “teologia oficial” e “teologia não oficial”. A primeira é a que se subscreve formalmente, as doutrinas em que teoricamente afirmam acreditar. A outra são as doutrinas pressupostas e reveladas pela maneira como realmente vivemos. Elas podem ser bem diferentes. A discrepância entre as duas pode resultar de não pensarmos suficientemente em nossas ações ou de não prestarmos atenção suficiente às nossas crenças. O que se faz necessário é alguma ação corretiva para fazer com que nossas crenças influenciem mais plenamente nosso comportamento.

Parte do problema é o ponto de vista a partir do qual fazemos a pergunta da relevância. Muito do Cristianismo popular nos Estados Unidos é fortemente influenciado pelo pragmatismo, o conceito de que a medida da verdade de qualquer coisa, incluindo qualquer ideia de sistema de ideias, é o quão bem ela funciona. Isso, no entanto, tem duas dimensões problemáticas. A primeira dificuldade

é que isso é extremamente egocêntrico, seja em uma base individual ou de grupo. A questão é frequentemente colocada em termos do que o Cristianismo pode fazer por mim como pessoa, como eu sou. É claro que presume que eu sou o melhor juiz do que é bom para mim. Se uma determinada doutrina não “fizer nada” por mim, para defender minhas metas e cumprir meus desejos, ela deve ser descartada.

A palavra “relevante”, entretanto, não é um termo absoluto. É relativo. Não é uma questão de saber se algo é relevante por si só, mas para uma pessoa particular, ou em uma situação particular, ou por um motivo particular. Bem no início da minha carreira docente, eu lecionava para alunos de graduação, numa época em que eles usavam “relevante” e “irrelevante” de forma um tanto descuidada, sem qualificação ou elaboração. As expressões eram usadas de maneira emotiva, quase reflexiva. Eu mesmo já me peguei adotando a expressão “tão irrelevante quanto a anatomia de um pinguim”. Uma vez, porém, usei a expressão na reunião de um comitê que incluía um professor de biologia, que, com muito tato, apontou que a anatomia do pinguim é muito relevante — para um pinguim. Foi um poderoso lembrete de que a relevância deve sempre ser especificada com respeito a considerações particulares.

Suponha, por exemplo, que eu tenha um pincel muito pequeno. É relevante para a pintura da porta? Na maioria das vezes, eu teria que dizer não, não é muito útil. Embora pudesse ser usado para pintar a grande superfície da porta, isso levaria muito tempo. Um pincel grande ou um rolo de pintura seriam muito mais adequados. No entanto, se a porta contiver inserções de vidro, com molduras ao redor, então o pincel pequeno pode ser exatamente o que é necessário para pintar essas molduras. Em outras palavras, é muito relevante para essa parte da tarefa.

Parte do problema em medir a relevância de algo é que isso é frequentemente concebido em um intervalo de tempo muito curto. Alguns assuntos que não fazem nenhuma diferença útil em um curto período de tempo podem fazer diferença a longo prazo. Por

exemplo, no paraquedismo, um paraquedas é irrelevante durante grande parte da queda. Na verdade, não só não é útil, como também é uma desvantagem. Impede a queda do paraquedista. Na última parte do salto, entretanto, é altamente relevante — para a própria sobrevivência do paraquedista. Estamos lidando, ao medir questões espirituais, com o máximo, em se tratando de considerações de longo alcance, pois o Cristianismo lida com questões relacionadas à eternidade.

Em certo sentido, a questão não é se a doutrina da Trindade é relevante para mim, mas, sim, se eu sou relevante para ela e para Deus. Se Deus realmente é Todo-poderoso, então Seu propósito no mundo será cumprido, e sou eu quem deve decidir se quero fazer parte disso. E, uma vez que Deus é um Deus triúno, parte daquilo com que eu devo decidir me alinhar é o Seu caráter. Se, no entanto, eu escolher o contrário, não é Deus quem será o perdedor, mas eu. A questão não é o que essa doutrina faz por mim como eu sou, mas, antes, como eu deveria ser, e como eu deveria conduzir a minha vida à luz desta doutrina?

A questão da relevância desta doutrina é, entretanto, parte da questão mais ampla de se as distinções doutrinárias em geral são importantes, ou são úteis e desejáveis. Atualmente, há um movimento bastante forte dentro dos círculos cristãos que diria não. A doutrina divide as pessoas que deveriam estar em comunhão e trabalhar em cooperação umas com as outras. Isso mantém as pessoas fora de nossa comunhão, que, de outra forma, estariam e deveriam estar nela. Portanto, é melhor não enfatizar essas questões. Se pudermos fazer com que as pessoas assumam um compromisso com Jesus Cristo, se pudermos mostrar como Ele atende às suas necessidades, e se pudermos fazer com que vivam e se comportem de certas maneiras, isso é mais importante do que uma minúcia doutrinária.

O problema de colocar a questão dessa maneira é que ela realmente não discrimina entre os diferentes tipos de questões doutrinárias. Não pergunta quão importantes podem ser. Nem

pergunta que tipo de acordo é necessário para a participação conjunta em vários tipos de objetivos. Posso cooperar com um ateu trabalhando por certos tipos de políticas públicas, questões de justiça social e coisas do gênero. Além disso, entretanto, haverá sérias limitações em nossa capacidade de unir os braços. Para ir ao outro extremo, parece tornar uma questão menor (e relativamente obscura) maior, se insistirmos que não podemos orar juntos com um cristão que concorda conosco em praticamente todas as questões de doutrina, mas discorda de nós sobre se a Igreja passará pela grande tribulação. A questão de saber se Deus é três em um, no entanto, parece-me mais com a primeira questão do que com a última. Não é secundário ou periférico; diz respeito à própria natureza de Deus.

O que estamos vendo hoje é uma redefinição do Cristianismo e da religião em geral. Durante grande parte de sua história, os cristãos pensaram em sua fé e vida religiosa como dependentes de certas verdades, objetos de fé. Este é o significado da palavra “ortodoxia” (opinião direta ou correta). No século XIX, entretanto, em resposta ao pensamento de Kant, duas concepções contrastantes de religião entraram em vigor. Uma, seguindo Friedrich Schleiermacher, enfatizou o sentimento. Ser religioso não é acreditar ou pensar de uma determinada maneira, ou se comportar ou agir de uma determinada maneira. Em vez disso, é sentir e, principalmente, sentir-se totalmente dependente de Deus. A outra abordagem, que culminou nos Estados Unidos no Evangelho Social de Walter Rauschenbusch, enfatizou a vida ética e, especialmente, o esforço para transformar a sociedade. No entanto, essas duas abordagens, que às vezes se mesclam com o liberalismo, têm se mostrado prejudiciais a longo prazo. As igrejas e denominações que enfatizaram essas abordagens, com relativa negligência das crenças doutrinárias, perderam sua vitalidade e seu impacto no mundo.

Se, então, insistimos na doutrina da Trindade, em que pontos ela contribui para o bem-estar espiritual dos cristãos e das igrejas? Ela o faz, em primeiro lugar, ajudando a aliviar alguns dos outros

problemas intelectuais relacionados com a fé cristã, e alguns dos que parecem ser aspectos antiéticos da natureza e ações de Deus para algumas pessoas.

Um deles é o problema do mal, talvez o desafio intelectual mais sério à fé cristã. O problema assume esta forma: se Deus é todo-poderoso, Ele é capaz de prevenir o mal (desastres naturais, doenças, maus-tratos humanos a outros humanos etc.). Se Ele é totalmente amoroso, Ele deseja prevenir o mal. Ainda assim, o mal é obviamente parte de nosso mundo.

Um aspecto da doutrina cristã que contribui para aliviar esse problema é a encarnação. Ela diz que Deus não é apenas indiferente ou indiferente ao sofrimento do mundo. A segunda pessoa da Trindade agiu para causar alguns dos efeitos do mal sobre Si mesma. Jesus sofreu as consequências de todo pecado humano, em Sua morte na cruz. Se, entretanto, a visão da Trindade que temos desenvolvido estiver correta, então não foi apenas o Filho que sofreu essas experiências. O Pai e o Espírito, embora não experimentando diretamente esse sofrimento como se fossem Seus, experimentaram a experiência do Filho, sofrendo de outra forma. Enquanto alguns podem continuar a culpar Deus por permitir o mal que Ele poderia ter evitado, o ponto é que a decisão de permitir tal mal foi tomada com a plena consciência de que isso traria sofrimento para Ele, em todas as Suas pessoas. Ele deve, portanto, ter permitido por causa de um bem maior que resultaria.

Ademais, no entanto, esse pensamento remove a acusação de que a ideia de expiação é antiética ou imprópria. A imagem bíblica apresenta a ideia de que Deus Filho assumiu o lugar do homem, suportando a pena por seus pecados. O Pai colocou essa culpa no Filho, com a consequente necessidade de Sua morte. Isso, contudo, parece para alguns ser um arranjo radicalmente antiético. O Pai, em vez de punir os pecadores culpados, pune um terceiro inocente. Certamente isso é injusto.

Se, entretanto, entendemos corretamente a doutrina da Trindade, então as três pessoas não estão tão separadas umas das

outras como às vezes pensamos e como já se alegou. A decisão de que um dos membros da Trindade encarnasse, e assim sofresse as dores do homem e, além disso, morresse uma morte expiatória pela humanidade, foi uma decisão tomada em conjunto. Não foi uma pessoa involuntária que foi vítima do pecado humano. A segunda pessoa da Trindade participou plenamente na decisão mutuamente tomada. Ele não perdeu uma votação de dois a um e, conseqüentemente, foi vitimado. Ele escolheu entregar Sua vida. Como Ele mesmo disse em João 10:17,18: “Por isso é que meu Pai me ama, porque eu dou a minha vida para retomá-la. Ninguém a tira de mim, mas eu a dou por minha espontânea vontade. Tenho autoridade para dá-la e para retomá-la. Esta ordem recebi de meu Pai”. Assim, a aparente injustiça do sofrimento de uma terceira parte inocente e relutante é removida.

Às vezes, uma cena de tribunal é empregada como ilustração da expiação. Nesse modelo, Deus é o juiz que considera a humanidade culpada e dá a sentença de morte eterna. Então, um terceiro, Jesus, Se apresenta e Se oferece para cumprir a pena no lugar do condenado. Pior ainda, a imagem às vezes presume basicamente que o juiz seleciona outra parte inocente, recruta-a e pune-a em vez do autor do erro. Este modelo deve ser ajustado, entretanto, à luz da doutrina da Trindade como a desenvolvemos aqui. A verdade seria melhor servida ao ver que o próprio juiz desce do tribunal, tira suas vestes e se propõe a cumprir a pena ele mesmo. O Pai, o Filho e o Espírito Santo não estão tão nitidamente separados como a ilustração original sugere. O Filho, em nome da Trindade, oferece sacrificialmente Sua vida ao Pai, que a aceita em nome da Trindade. Certamente não há nada de imoral ou antiético em tal ato.

Em segundo lugar, a doutrina da Trindade serve para distinguir o Cristianismo de outras religiões. Vivemos em uma sociedade religiosamente pluralista, pelo menos empiricamente. Com essa declaração, queremos dizer que há realmente presentes em nossa sociedade um número significativo de adeptos de outras religiões além do Cristianismo. O Budismo, o Hinduísmo e o Islã estão assumindo lugares de destaque em nossa sociedade, como, é claro,

tem sido o caso há algum tempo com o Judaísmo. Além disso, contudo, enfrentamos as reivindicações do pluralismo ideológico. Com isso, queremos dizer a afirmação de que todas as religiões são basicamente iguais ou que podem ser diferentes umas das outras, mas são todas igualmente válidas. Elas têm o mesmo resultado, ou seja, qualquer uma delas leva a Deus. Na verdade, esta última forma de pluralismo se reduz à primeira, pois redefine o que é essencial nas religiões para que não difiram crucialmente. De uma forma ou de outra, diz esse pluralismo, as diferenças entre o Cristianismo e outras religiões do mundo podem ser reconciliadas ou acomodadas umas às outras.

Todavia, a Trindade parece desafiar essa assimilação. Por um lado, ela distingue o Cristianismo de religiões estritamente monoteístas, como o Judaísmo e o Islamismo. Por outro lado, também distingue o Cristianismo das religiões politeístas ou panteístas, incluindo o Budismo e o Hinduísmo. Nenhuma delas contém nada parecido com a doutrina da Trindade.

Na verdade, há alguns que contestariam esta última declaração. Raimundo Panikkar, em particular, afirmou que a doutrina cristã da Trindade é simplesmente uma expressão de uma experiência que também é encontrada no Hinduísmo e, presumivelmente, em outras religiões. Assim, a crença em Deus Pai expressa uma experiência de Deus como removido, como dentro de Si mesmo. O Filho é um símbolo da experiência de Deus vindo até nós, vindo de Si mesmo. E o Espírito Santo reflete a experiência de Deus realmente dentro de nós. Pannikar afirma que essas experiências também podem ser encontradas no Hinduísmo. Isso, no entanto, torna a religião principalmente uma questão de experiência, não de crença. Embora o espaço não permita uma discussão completa desse assunto, tal entendimento certamente parece contradizer a maneira como Cristo, os apóstolos e a Igreja primitiva, incluindo Paulo, entenderam a natureza do Cristianismo que ensinaram e praticaram. Em outras palavras, esta é uma redefinição do Cristianismo que parece colocá-lo em conflito com suas raízes históricas.

Se o Cristianismo não é diferente em sua natureza fundamental ou em seus efeitos de outras religiões do mundo, então não é crucialmente importante que alguém se converta e siga seus ensinamentos básicos. Se, por outro lado, o Cristianismo é o caminho para Deus e é distinto de outras religiões, então é importante que aqueles de outras crenças venham a se converter aos ensinamentos de Cristo e crer nEle. A Trindade é o que distingue fortemente o Cristianismo de outras religiões. Uma implicação evangelística e missionária poderosa está envolvida nesta doutrina.

E, quanto à prática da vida cristã, no que se refere a questões como oração e adoração? Aqui, estamos trabalhando com o pressuposto de que a oração e a adoração estão intimamente ligadas. O tipo de pessoa a quem é apropriado dirigir a oração é o tipo de pessoa a quem se pode, apropriadamente, adorar e vice-versa. Podemos começar perguntando como a doutrina da Trindade pode afetar nossa prática de oração.

Existem dois pontos de vista básicos sobre a pessoa a quem a oração deve ser dirigida. Por um lado, existe o que eu chamaria de visão “somente o Pai”. Ela diz que a oração deve ser dirigida ao Pai. Geralmente, ela está associada a uma visão das obras do Deus triúno que diz que cada obra é principalmente a função de um dos membros da Trindade. Assim, o Pai é o criador, o Filho é o redentor e o Espírito Santo é o santificador. De acordo com este esquema, o Pai também faz a obra da providência e, conseqüentemente, é aquEle que ouve as orações e responde a elas. Portanto, devemos dirigir essas orações diretamente a Ele. Isso é comprovado pelo fato de que o próprio Jesus orou ao Pai e, no exemplo de oração que Ele deu, geralmente referido como “Oração do Senhor”, Ele instruiu Seus seguidores a orar: “Pai nosso, que estás nos céus”. Observe, diz esta visão, que não encontramos nenhum comando nas Escrituras para orar a qualquer outro membro da Trindade. Nem encontramos tal prática.

A outra abordagem, a teoria de “todos os Três”, sugere que ouvir e responder a orações é responsabilidade da Trindade. Certas obras da Trindade são principalmente o trabalho de um membro, mas todos participam de todas as obras. Assim, embora todas as orações sejam dirigidas à Trindade como um todo, algumas delas devem ser feitas especialmente a um membro ou outro, conforme apropriado para o trabalho. É apropriado pedir ao Pai para suprir suas necessidades, agradecer ao Filho por Sua obra de redenção e dirigir ao Espírito Santo a expressão do desejo de ser mais plenamente conformado à semelhança de Cristo. Aqueles que defendem essa visão e se engajam nessas práticas acreditam que podem encontrar precedentes e, portanto, autorização para tal atividade na Bíblia e na história da Igreja.

Já deveria estar claro que nossa visão das relações internas da Trindade favoreceria a segunda teoria. Embora certas obras sejam particularmente obra de um membro da Trindade mais do que de outro, a pericorese das três pessoas é tão próxima que cada uma tem acesso à vida dos outros. Nós nos relacionamos com toda a Divindade por meio de um ou outro dos membros da Trindade. Portanto, a pessoa a quem se ora deve ser aquela que tem a responsabilidade primária pelo assunto da oração.

Mas existe suporte bíblico para essa visão? Para ter certeza, não há nenhum exemplo de oração a Jesus sendo ordenado, nem, por falar nisso, há tal ordem a respeito da oração ao Espírito Santo. No entanto, encontramos vários exemplos de oração a Jesus no Novo Testamento. Uma delas é a oração de Estevão, em Atos 7. Ele viu Jesus, de pé à direita do Pai. Ao ser apedrejado, clamou: “Senhor Jesus, recebe o meu espírito” (v. 59) e “Senhor, não os consideres culpados deste pecado” (v. 60). Claramente, essa foi uma oração dirigida a Jesus. Outro exemplo é encontrado na passagem a respeito do espinho na carne de Paulo, em 2 Coríntios 12. Três vezes ele implorou ao Senhor para que aquilo fosse tirado dele (v. 8). A resposta foi: “Minha graça é suficiente para você, pois o meu poder se aperfeiçoa na fraqueza” (v. 9a). O comentário de Paulo sobre esta resposta é: “Portanto, eu me gloriarei ainda mais

alegremente em minhas fraquezas, para que o poder de Cristo repouse em mim” (v. 9b). É evidente, a partir da ligação de “poder” na última metade do versículo com o uso dele na primeira metade, que foi a Cristo que esta oração foi dirigida. Aqui, então, está outra oração à segunda pessoa da Trindade. Uma outra oração é o “Vem, Senhor Jesus”, em Apocalipse 22:20. Embora proferida essencialmente como uma fórmula, esta é, sem dúvida, uma oração, e é dirigida a Jesus.

Além disso, no entanto, deve-se perguntar sobre a situação lógica do crente hoje, em comparação com a dos discípulos durante o tempo da vida terrena e do ministério de Jesus. Os discípulos dirigiram a Jesus suas expressões de louvor e agradecimento, seus pedidos de orientação e ajuda, e assim por diante. Eles o fizeram diretamente. Presumivelmente, tais expressões e pedidos também são apropriados e até mesmo ordenados para os seguidores de Jesus hoje. Para tais pessoas, no entanto, Jesus não está corporalmente presente, mas a oração parece ser a forma correspondente que essas comunicações tomariam. Portanto, argumentar que os discípulos não oraram, durante o tempo de Jesus na terra, a Ele, mas apenas ao Pai, parece estritamente correto, mas na verdade incorreto. Eles fizeram, em Sua presença, o que a oração seria em Sua ausência.

E quanto à oração e adoração ao Espírito Santo? Aqui podemos notar que temos relativamente pouco material bíblico em que nos basear. Na verdade, há relativamente pouco material bíblico sobre a natureza e a obra do Espírito Santo, em comparação com o tratamento dado ao Pai e ao Filho. Isso pode ser em parte porque a era de destaque especial da operação do Espírito Santo ainda estava no futuro. Além disso, parece que o Espírito Santo, o inspirador dos escritores bíblicos e, portanto, dos escritos, chamou a atenção principalmente para o Pai e o Filho, não para Si mesmo.

Uma passagem sobre a qual às vezes já se pensou indicar adoração ao Espírito Santo é Filipenses 3:3: “Pois nós é que somos a circuncisão, nós que adoramos pelo Espírito de Deus, que nos

gloriamos em Cristo Jesus e não temos confiança alguma na carne”. A parte do versículo que é especialmente significativa para nós é a segunda das orações “que”, que em grego se lê *oi pneumatí Theou latreuontes*. A ambiguidade está centrada em *pneumatí*, que pode ser traduzido como “o Espírito” ou “no [ou pelo] Espírito”. Se for o primeiro, então esta é uma declaração de que eles adoram o Espírito; se a última tradução, não é assim. O substantivo está no caso dativo, locativo ou instrumental, o que normalmente favorece a segunda tradução. No entanto, o verbo *latreuom* assume o caso dativo, então *pneumatí* estaria no dativo mesmo se fosse o objeto direto do verbo. A interpretação correta não pode ser determinada em bases puramente lexicais.

A próxima consideração sobre a interpretação correta é a questão sintática. Aqui, a questão é a que a oração “adoração [pelo] Espírito” é paralela. Se for um paralelo com “glória em Cristo Jesus”, então “adorar o Espírito” seria a tradução preferida. Se, no entanto, deve ser entendido como paralelo a oração “não tenha confiança na carne”, isso favoreceria a tradução “adoração pelo Espírito”. Há uma simetria nítida entre as orações “que adoramos o Espírito” e “glória em Cristo Jesus”, mas “glória em Cristo Jesus” não é exatamente semelhante a “adoração ao Espírito”. Assim, as considerações sintáticas não nos fornecem a resolução final do problema.

Uma fonte final de percepção seria a questão contextual. Aqui, o fato de que Paulo parece enfatizar em toda a seção não ter confiança na carne favorece a ideia de adorar pelo Espírito, dependendo dEle, ao invés de adorá-Lo. É claro que isso não é conclusivo, mas torna a tradução “que adoramos o Espírito” suficientemente improvável, de modo que não podemos realmente apoiar nela uma prática tão significativa.

Uma outra passagem que, às vezes, se pensa estar relacionada a este assunto é 1 Coríntios 6:19,20, em que se lê: “Acaso não sabem que o corpo de vocês é santuário do Espírito Santo que habita em vocês, que lhes foi dado por Deus, e que vocês não são de si mesmos? Vocês foram comprados por alto preço. Portanto,

glorifiquem a Deus com o corpo de vocês”. A ideia de que este versículo está sugerindo uma adoração ao Espírito Santo vem de Agostinho, que traduziu o versículo 20, “Honre a Deus em seu corpo” (ou seja, o Espírito Santo, que habita no corpo do crente). O problema novamente gira em torno da preposição *en* no versículo 20. Isso, como observamos acima, pode ser tratado como um instrumental, “com”, ou um locativo, “em”, bem como um dativo. Agostinho, que não sabia grego, estava trabalhando com o latim neste ponto, e o latim permite a interpretação “o Deus que está em seu corpo”. O grego, entretanto, não permite tal tradução, permitindo apenas a tradução adverbial “Glorifique a Deus em (ou com) seu corpo”. Portanto, este texto não apoia a ideia de adorar o Espírito Santo.

Parece que não podemos apoiar a ideia de adorar ou orar ao Espírito Santo a partir de quaisquer declarações diretas do Novo Testamento, sejam elas didáticas ou narrativas. Geoffrey Wainwright diz: “Portanto, podemos concluir que não há nenhum caso em que o Espírito figura como um objeto de adoração nos escritos do Novo Testamento.” Arthur Wainwright afirma com a mesma veemência: “Não há evidências no Novo Testamento de que o Espírito foi adorado ou recebeu oração”. Parece, então, que, no Novo Testamento, o Espírito Santo não era o recipiente, mas o instrumento, o capacitador da oração. A oração era feita “no Espírito” ou “pelo Espírito” em vez de “para o Espírito”.

Se quisermos encontrar apoio para a prática de orar ou adorar ao Espírito Santo, devemos olhar além do Novo Testamento. A questão de quando essa prática começou é objeto de alguma controvérsia. Leonard Hodgson afirmou que não havia uma prática inicial disso: “Agora é verdade, até onde eu sei, não existe nenhum exemplo de hinos ou orações dirigidas ao Espírito Santo que certamente seja anterior ao décimo século. Também é verdade que a forma padrão de adoração cristã é a adoração oferecida pelo cristão ao Pai em união com o Filho por meio do Espírito”. No entanto, isso parece ser um exagero. Embora relativamente raro nos primeiros cinco séculos, há indícios de adoração ao Espírito Santo

em conjunto com o Pai e o Filho, com um crescimento gradual da prática de adoração ao Espírito. Por exemplo, Basílio de Cesaréia afirma que, no terceiro século, Orígenes usou uma forma do hino *Gloria in excelsis Deo* na qual o Espírito foi colocado no mesmo nível do Pai e do Filho. Na verdade, há evidências de tal prática anteriormente, em alguns escritos apócrifos. No livro de Ascensão de Isaías, tanto Cristo quanto o Espírito Santo são objetos de adoração. Essa passagem (9:16) ocorre em uma seção denominada “A Visão de Isaías”, que foi datada no mais tardar no final do segundo século, e pode ter estado em circulação muito antes. Em Atos de Tomé, do terceiro século, há uma série de oito invocações feitas ao Espírito Santo. Essas invocações contêm pedidos definidos, que são claramente exemplos de oração. Portanto, temos registro de orações ao Espírito Santo no terceiro e até no segundo século. Visto, entretanto, que esta evidência está em livros não considerados parte da corrente principal do Cristianismo da época, ela não indica oração e adoração geralmente aceitas.

Embora o crescimento de tais práticas pareça ter sido lento, aparentemente foi estimulado pela presença da heresia ariana. Na verdade, o Concílio de Niceia deu apenas o mais breve dos tratamentos ao Espírito Santo, quase de passagem, dizendo: “e [cremos] no Espírito Santo”. O desejo de evitar a heresia ariana tanto na teoria quanto na prática levou a uma ênfase crescente na adoração ao Espírito. Basílio foi o principal líder neste desenvolvimento. Ele introduziu uma doxologia que era intencionalmente antiariana: “a Deus Pai com o Filho, junto com o Espírito Santo”. Isso foi apoiado por seu livro *Sobre o Espírito Santo*, em 375. Ele hesitou em chamar o Espírito Santo de “Deus”, o que o Novo Testamento não fazia, e preferiu usar o termo *homotimos*, “mesmo louvor”, como equivalente a *homoousios*, passando da prática litúrgica à natureza do Espírito Santo. Se é permitido adorar o Espírito isoladamente, certamente não deve ser impróprio adorá-Lo em conexão com o Pai e o Filho, de acordo com Basílio. Ele foi acusado de ser um inovador, mas respondeu que não foi a ortodoxia trinitária que tornou o Espírito Santo igual ao Pai e ao Filho. Foi o próprio Jesus quem fez isso ao dar a fórmula batismal trinitária, em

Mateus 28. Atanásio já havia feito muito da fórmula, sugerindo que, se alguém não aceitasse a deidade do Espírito Santo, como poderia a obra do batismo então ter seu efeito total? Basílio prosseguiu afirmando que, se o batismo é em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo, e se o Espírito é apenas uma criatura, então um não foi verdadeiramente introduzido na plena Divindade. Além disso, não apenas na fórmula batismal e na doxologia, mas no hino cantado, ao acender das lâmpadas todas as noites, havia evidências da antiga prática, que foi preservada nas palavras: “Louvamos o Pai, Filho e Espírito Santo de Deus”. Foi no Concílio de Constantinopla que o Espírito Santo realmente apareceu por conta própria pela primeira vez. Agora, o Espírito foi declarado *homoousios* com o Pai e com o Filho.

Podemos resumir as evidências a respeito da adoração e oração ao Espírito Santo da seguinte maneira: não há nenhuma evidência no Novo Testamento, seja nas instruções ou na prática, de adoração e oração dirigidas ao Espírito Santo. Há, no entanto, indícios consideráveis de uma prática crescente, já nos séculos III e IV. Isso se tornou mais firmemente estabelecido com o passar do tempo.

Uma consideração adicional, entretanto, relaciona-se às inferências que podem ser tiradas da doutrina do Espírito Santo. O que acreditamos sobre Sua natureza é o que nos leva a concluir que devemos adorar e orar ao Espírito Santo? Isso seria apropriado, tendo em vista quem e o que Ele é? A Igreja estava correta em sua adoção da prática de adorar e orar ao Espírito?

Argumentamos que o Espírito Santo é uma pessoa e, como tal, é alguém com quem as pessoas humanas podem se relacionar de maneira direta. Isso é apoiado pelas descrições bíblicas do ministério pessoal que o Espírito realiza em relacionamento direto com o crente individual. Ele é aquele que convence as pessoas do pecado, da justiça e do juízo (João 16:8—11); regenera (João 3:5—8); guia em toda a verdade (João 16:13); santifica (Romanos 8:1—17); e capacita para o serviço (Atos 1:8). Ele é quem inspirou os escritores que produziram as Escrituras (2 Timóteo 3:16; 2 Pedro

1:21). Em nenhum desses casos é dito que o Espírito trabalha em conjunto com o Pai e o Filho.

A Escritura também proíbe certas ações do crente em relação ao Espírito Santo: mentir (Atos 5:3) e entristecer (Efésios 4:30). Esses mandamentos certamente pressupõem não apenas a possibilidade, mas a realidade de um relacionamento pessoal entre o crente e o Espírito Santo, relacionamento esse que se destina a ser positivo. Se, entretanto, tal relacionamento, seja ele positivo ou negativo, é possível, qual deveria ser a natureza dessa interação? Na medida em que há comunicação de natureza direta e pessoal, essa comunicação pareceria logicamente uma oração. Se o nosso desejo é a convicção, seja de nós mesmos ou dos outros, ou de uma maior santificação, ou de iluminação, visto que são principalmente obra do Espírito, tais pedidos devem ser dirigidos a Ele em oração. E, se somos verdadeiramente gratos por Suas obras, como a regeneração, seguir-se-ia que devemos expressar nossa gratidão por essa obra diretamente ao Espírito Santo. O Espírito Santo é um recipiente apropriado para nossas orações, pelo menos algumas delas, e o que se aplica à oração também deve se aplicar à adoração.

O crente deve, portanto, orar e adorar, não apenas o Pai, mas o Deus triúno. A adoração será a Deus, o Triúno, e a oração será principalmente a Deus, o três em um. Visto que, entretanto, certas obras de Deus em relação ao crente são particularmente a obra de um ou outro membro da Trindade, a comunicação com ele a respeito dessa obra deve ser dirigida especialmente a essa pessoa. Assim, a oração de alguém deve ser dirigida ao Deus triúno, e pelo menos em parte, a cada um dos membros individuais dessa Divindade.

Os relacionamentos do crente Agora é importante perguntarmos sobre as implicações da compreensão da Trindade para o relacionamento do crente com outros humanos. Aqui, estou trabalhando com a seguinte tese: Deus nos criou à Sua imagem. Essa imagem, no entanto, não é apenas estrutural, mas também

dinâmica e relacional, e não é carregada por nós apenas individualmente, mas também de forma coletiva ou comunitária. Se for esse o caso, então os relacionamentos que se obtêm entre os membros da Trindade fornecem a chave para os relacionamentos que devem estar presentes entre o crente e outros crentes, e muito possivelmente, outros humanos, independentemente de sua condição espiritual. Podemos notar, no entanto, duas visões diferentes dessa dinâmica intratrinitária.

A visão subordinacionista diz que existe uma relação eterna e assimétrica dentro da Trindade entre o Pai e o Filho e, por extensão, o Espírito também. As referências ao Pai criando ou gerando o Filho são aplicadas, não ao status de encarnação do Filho, mas a toda a eternidade. Assim, o Filho deriva do Pai e depende dEle para viver. Não houve um ponto de início desta geração, um tempo antes do qual o Pai não havia trazido o Filho à existência. Desde toda a eternidade, o Pai tem gerado o Filho e, presumivelmente, o fará para sempre. A subordinação do Filho ao Pai, portanto, não foi simplesmente durante sua vida terrena. É de todos os tempos. Da mesma forma, nesta visão o Espírito Santo procede do Pai, e possivelmente do Filho também. Este proceder não se trata apenas de enviar o Espírito ao mundo, mas de Seu próprio ser. Cientes dos perigos do arianismo, aqueles que adotam essa visão geralmente se esforçam para negar a inferioridade do Filho em relação ao pai.

Contrastando com essa visão está outra, que defende a eterna qualidade das três pessoas da Trindade e a simetria de Seus relacionamentos entre Si em eu status essencial. As declarações bíblicas sobre o Pai gerando o Filho devem ser aplicadas à encarnação terrena, quando a segunda pessoa da Trindade desceu à terra e acrescentou humanidade à Sua divindade. Similarmente, Suas declarações de aparente subordinação, tais como “o Pai é maior do que eu” (João 14:28), devem ser interpretadas dentro desta estrutura. Essa subordinação deve ser entendida como subordinação de função, não de essência. O que as três pessoas são é o mesmo; Eles são completamente iguais. É também uma subordinação temporária. Foi durante o período da residência

terrena e ministério de Cristo, não para sempre. O mesmo é verdade para o Espírito Santo, que foi enviado para residir entre os crentes desde o tempo de Pentecostes até à Segunda Vinda, e que, portanto, cumpre as diretrizes do Pai e do Filho.

Nesta última visão, não há uma relação assimétrica de geração. Não apenas o Filho e o Espírito derivam Seu ser do Pai, mas também o derivam um do outro, assim como o Pai de cada um deles. Além disso, essa visão afirma que cada membro da Trindade serve a cada um dos outros. Existe uma subordinação mútua de um ao outro.

Parece-me que há mais força nos argumentos apresentados em apoio a esta última opinião do que aqueles apresentados para justificar a primeira. As interpretações que os ortodoxos deram às passagens para as quais os arianos apelaram são basicamente que elas devem ser interpretadas como se referindo ao ministério terreno de Jesus, ao invés de Seu status eterno. A lógica do argumento parece se aplicar também às passagens organizadas em apoio à visão subordinacionista. Assim, as passagens que falam da geração devem ser vistas como se referindo à residência terrena de Jesus, ao invés de alguma geração contínua e eterna do Pai.

Além disso, quando algumas das passagens geradoras são examinadas mais de perto, elas apresentam algumas dificuldades para a visão anterior. Em Atos 13:33, por exemplo, Paulo cita o Salmo 2: “Tu és meu Filho; eu hoje te gerei”. Observe, no entanto, que Paulo aplica isso à ressurreição de Jesus: “Nós lhes anunciamos as boas novas: o que Deus prometeu a nossos antepassados ele cumpriu para nós, seus filhos, ressuscitando Jesus”. Isso não parece se relacionar com alguma geração eterna. O mesmo é verdade em Hebreus 1:5 e 5:5, especialmente este último: “Da mesma forma, Cristo não tomou para si a glória de se tornar sumo sacerdote, mas Deus lhe disse: ‘Tu és meu Filho; eu hoje te gerei’”. Isso se relaciona com o período de Seu ministério terreno como sacerdote.

Além disso, a primeira visão tem dificuldade em impedir a subordinação do Filho ao Pai, visto que é uma subordinação eterna, de cair na inferioridade do Filho, o que se aproximaria da visão ariana. Em nenhum lugar isso é visto mais claramente do que no artigo de Geoffrey Bromieley no Dicionário de Baker de Teologia: “‘Geração’ deixa claro que existe uma filiação divina antes da encarnação (cf. João 1:18; 1 João 4:9), que há, portanto, uma distinção de pessoas dentro da única divindade (João 5:26), e que entre essas pessoas há uma superioridade e subordinação de ordem (cf. João 5:19; 8:28)”. Bromieley acrescenta um qualificador importante à sua afirmação, no entanto: “Nem sua subordinação implica inferioridade”. Aqui, o desejo de evitar o arianismo parece ter levado a um absurdo lógico. O Pai é superior ao Filho, e o Filho está subordinado ao Pai, mas sem ser inferior. Parece que Bromieley está trabalhando com alguma ambiguidade de superioridade e inferioridade que permite que A seja superior a B sem que B seja inferior a A. Sem a justificativa dessa distinção de significado, temos uma contradição lógica. E eu diria que, se essa distinção fosse esclarecida, o significado da superioridade do Pai desapareceria. Em outras palavras, se a ambiguidade não for removida, há uma contradição lógica. Se for removido, o significado da afirmação será perdido.

A passagem que fala da *kenosis* em Filipenses 2 também afirma que alguma mudança importante no status de Jesus ocorreu quando Ele Se tornou encarnado. Paulo afirma que, estando na forma de Deus, aquEle conhecido como Cristo Jesus não achava que a igualdade com Deus fosse algo a Se agarrar, mas esvaziou-Se e assumiu a forma de servo. É evidente que um tipo de subordinação ocorreu na encarnação, quando Jesus desceu de uma posição de igualdade com o Pai. O que, entretanto, pode ser dito de igualdade se uma das pessoas, para ser, é dependente da outra de uma maneira que a outra não depende dela?

Além disso, devemos notar que, especialmente em Paulo, as três pessoas não são invariavelmente nomeadas na ordem Pai-Filho-Espírito. Aqueles que defendem a prioridade do Pai

argumentariam que a ordem Pai-Filho-Espírito Santo é normativa, indicando a superioridade ou prioridade do Pai ao Filho e de ambos o Pai e o Filho ao Espírito Santo. Há, entretanto, uma falta de uniformidade desse padrão no Novo Testamento. De fato, ocasionalmente ocorre a ordem inversa, como em 1 Coríntios 12:4—6: “Há diferentes tipos de dons, mas o Espírito é o mesmo. Há diferentes tipos de ministérios, mas o Senhor é o mesmo. Há diferentes formas de atuação, mas é o mesmo Deus quem efetua tudo em todos”. Outro exemplo é Efésios 4:4—6, uma passagem cujo conteúdo se assemelha bastante à passagem de 1 Coríntios 12. Este pode ser um arranjo culminante e, portanto, um testemunho da ordem de Mateus 28:19. No entanto, existem passagens em que mesmo a ordem inversa dessa passagem não é preservada. Um exemplo seria a bênção paulina em 2 Coríntios 13:14: “A graça do Senhor Jesus Cristo, o amor de Deus e a comunhão do Espírito Santo sejam com todos vocês”. B. B. Warfield comentou sobre este fenômeno: “A questão naturalmente se sugere se a ordem Pai, Filho, Espírito era especialmente significativa para Paulo e seus companheiros escritores do Novo Testamento. Se em sua convicção a própria essência da doutrina da Trindade estava incorporada nesta ordem, não deveríamos antecipar que deveria aparecer em suas numerosas alusões à Trindade alguma sugestão dessa convicção?”.

Na verdade, os nomes exatos, Pai, Filho e Espírito Santo, nem sempre são usados. Se a paternidade ou geração é considerada da verdadeira essência da Trindade, então seria de se esperar que esses termos, Pai e Filho, fossem usados invariavelmente. Considerando que este é o caso de Jesus e de João, cujas palavras se aproximam muito da de Jesus, tal não é o caso nos escritos de Paulo. Na verdade, ele parece preferir “Deus” e “Senhor” a “Pai” e “Filho”. Deve-se notar que, para Paulo, criado como um judeu rigoroso, o termo “Senhor” seria essencialmente equivalente a “Deus”. Paulo está aqui escrevendo da perspectiva de um adorador, ao invés de um teólogo, como o contexto indica. Ele estava preocupado com o relacionamento das três pessoas com ele, ao invés de Seu relacionamento com o outro. Warfield novamente

comenta: “É notável, no entanto, se a própria essência da Trindade fosse pensada por ele como residente nos termos ‘Pai’, ‘Filho’, que em suas numerosas alusões à Trindade na Divindade, ele nunca trai nenhum sentido disso”.

Além disso, devemos perguntar sobre o real significado dos termos “Pai” e “Filho”. A suposição comumente feita, e certamente presente no pensamento daqueles que defendem a superioridade do Pai, é que esses termos indicam subordinação e derivação de ser de um Filho de um Pai. Esta é uma suposição natural para nós, que vivemos quase vinte séculos após a escrita, e em uma cultura muito diferente, pois é isso que “pai” e “filho” significam em nossa experiência. Isso não era necessariamente assim naquela cultura hebraica, entretanto. Warfield afirma que a palavra “filho” para os judeus se referia menos à derivação do pai e mais à semelhança do filho com o pai. Assim, aplicado a um membro da Trindade em relação a outro, seria uma indicação não primariamente de subordinação, mas de igualdade. Isso pode ser visto na explicação que João dá de um caso em que os judeus tentaram apedrejar Jesus: “Por essa razão, os judeus mais ainda queriam matá-lo, pois não somente estava violando o sábado, mas também estava até mesmo dizendo que Deus era seu próprio Pai, igualando-se a Deus” (João 5:18).

Existem outras passagens relevantes. Uma é a descrição de Jesus da relação que haveria entre Seus discípulos. Aquele que deseja ser o líder deve ser o servo de todos. Ele mesmo pegou a toalha e a bacia e começou a lavar os pés dos discípulos. Era uma submissão voluntária de Si mesmo a iguais ou, neste caso, àqueles que eram, em certo sentido, Seus subordinados. Pareceria ser um modelo baseado na própria ação de Jesus, assim como Paulo exortou seus leitores filipenses a “cuidar, não somente dos seus interesses, mas também dos interesses dos outros” (2:4) com base no exemplo de Jesus na encarnação.

Finalmente, há indicações da submissão mútua dos membros da Trindade uns aos outros, mesmo durante a residência terrena de

Jesus. Royce Gruenler afirmou que, no Evangelho de João, encontramos numerosos exemplos do que ele chama de “deferência mútua”. Embora nem todos estes possam ser considerados como estabelecendo tão claramente quanto ele pensa a tese que está defendendo, há material aqui, que não pode ser ignorado. O Pai glorifica o Filho; o Filho deve governar sobre o julgamento. Há indícios de que, fora da encarnação, há maior simetria das pessoas do que a visão anterior acredita.

Concluimos, portanto, que a atribuição de eterna superioridade e geração ao Pai e de eterna subordinação e derivação ao Filho é uma interpretação incorreta, baseada na identificação muito próxima da Trindade econômica (a Trindade como manifestada a nós na História) com a Trindade imanente (Deus como Ele realmente é em Si mesmo). Em vez de um membro da Trindade ser a fonte do ser dos outros e, portanto, superior a Eles, argumentaríamos que cada um dos Três é eternamente derivado de cada um dos outros, e todos os Três são eternamente iguais. Quaisquer indicações de um estado contrário devem ser entendidas como referindo-se à subordinação funcional temporária do Filho ao Pai, e do Espírito a ambos.

Se adotarmos esse entendimento da relação entre as pessoas da Trindade, quais seriam as implicações para nossa própria conduta? Eu sugeriria que, se o relacionamento dos membros da Trindade uns com os outros tem a intenção de ser um modelo para seguirmos no relacionamento uns com os outros, então estaremos preocupados em funcionar em uma relação de igualdade, de mútuo respeito, no qual entendemos que os outros são tão importantes para Deus quanto nós, e os tratamos como iguais.

O que isso significa? Significaria, primeiro, que na Igreja todos os cristãos e todos os membros da Igreja serão considerados de igual valor. Se, de fato, todos os cristãos são habitados pelo Espírito Santo e, portanto, têm igual acesso à orientação do Espírito, então o discernimento e o juízo de cada um serão avaliados. Assim como uma democracia tem o princípio “uma pessoa, um voto”, isso

deveria ser ainda mais poderoso dentro da Igreja. Embora não pretenda derivar uma forma específica de governo da Igreja disso, deve ficar claro que qualquer situação em que um membro domina ou coage outro é imprópria.

Qualquer pessoa que já passou algum tempo ativamente envolvida em uma igreja sabe que, na prática, nem todos são iguais. Em vez disso, como alguém já disse, “algumas pessoas são mais iguais do que outras”. Não apenas algumas pessoas são mais influentes, suas opiniões sendo mais conceituadas do que outras, mas algumas pessoas podem não ser suficientemente sensíveis às opiniões e sentimentos dos outros. Existem pessoas que insistem em fazer o que querem, às vezes atropelando outras. Expressa ou não, a mensagem transmitida parece ser: “Do meu jeito ou de jeito nenhum”. Em minha opinião, uma das principais fontes de dificuldade na vida congregacional hoje é a presença de pessoas altamente assertivas, que agem dessa forma. Mais de um pastor se viu abençoado com um líder leigo que quer dizer a ele o que fazer e, inversamente, há igrejas que sofreram nas mãos de um pastor que age unilateralmente, para não falar da experiência de leigos que experimentam tal dominação nas mãos de outros leigos.

Isso não quer dizer que não existam pessoas que, em virtude de sua experiência ou outras qualificações, ou de maturidade espiritual, devam desempenhar um papel mais significativo na tomada de decisão congregacional. De fato, haverá diferenças funcionais em tal grupo, e deve haver. Um time de futebol sem um zagueiro que comanda as jogadas não teria muito sucesso. Preocupamo-nos antes com a ideia de que cada pessoa é significativa e não deve ser ignorada nem coagida. Em última análise, a maioria deve ser seguida, mas a maneira como a minoria é tratada refletirá nossa compreensão da dinâmica dentro do corpo de Cristo.

Isso também significa que cada pessoa é importante dentro do corpo, quer ocupe um papel mais ou menos conspícuo dentro dele. Certamente, existem algumas pessoas cujos talentos são maiores e cuja contribuição pública é mais evidente do que a de outras. Talvez

eles sejam até grandes doadores para o trabalho da Igreja. Há uma tendência humana natural de valorizar mais essas pessoas do que as outras, com dons e posição mais modestos. Não é assim que deveria ser, e não é como é aos olhos de Deus. Duas passagens vêm imediatamente à mente. Uma foi o comentário de Jesus sobre a viúva que deu as duas pequenas moedas, em contraste com aqueles que jogaram grandes quantias nos cofres. Ele disse: “Afirmo-lhes que esta viúva pobre colocou mais do que todos os outros. Todos esses deram do que lhes sobrava; mas ela, da sua pobreza, deu tudo o que possuía para viver” (Lucas 21:3,4). Outra é visto na discussão de Tiago sobre o tratamento dispensado ao rico e ao pobre na igreja (Tiago 2:1—7). Ele é veemente em sua condenação do favoritismo demonstrado ao homem rico.

Um texto bíblico final que apoia este argumento é a discussão de Paulo sobre o corpo, em 1 Coríntios 12. Paulo observa que os vários membros do corpo humano têm funções diferentes, algumas delas mais conspícuas que outras, e que o mesmo tende a ser verdadeiro dentro da Igreja. Neste último caso, há uma tendência natural de conceder maior reconhecimento e distinção a algumas pessoas do que a outras. Isso, diz Paulo, não é como deveria ser, no entanto. Ele aponta a prática das partes mais conspícuas sentindo que não precisam das menos conspícuas e, em seguida, conclui sua discussão dizendo:

Pelo contrário, os membros do corpo que parecem mais fracos são indispensáveis, e os membros que pensamos serem menos honrosos, tratamos com especial honra. E os membros que em nós são indecorosos são tratados com decoro especial, enquanto os que em nós são decorosos não precisam ser tratados de maneira especial. Mas Deus estruturou o corpo dando maior honra aos membros que dela tinham falta, a fim de que não haja divisão no corpo, mas, sim, que todos os membros tenham igual cuidado uns pelos outros. Quando um membro sofre, todos os outros sofrem com ele; quando um membro é honrado, todos os outros se alegram com ele. Ora, vocês são o corpo de Cristo, e cada um de vocês,

individualmente, é membro desse corpo. (1 Coríntios 12:22—27)

Às vezes, essa falta de consciência do significado de cada membro do corpo mostra-se na ênfase no pastor, com a negligência de dar crédito aos membros leigos. Algumas igrejas são conhecidas como “igreja do pastor X” e o nome do pastor pode aparecer na placa da igreja em letras iguais (ou até maiores) ao nome da congregação. Isso mina a importância de todo o corpo. Esta é uma reação natural, pois, na sociedade, um maior reconhecimento é dado àqueles que desempenham os papéis mais conspícuos. Os zagueiros, os “corredores oficiais”^[6] e os recebedores de passes obtêm mais reconhecimento por suas realizações no futebol do que os atacantes, mas teriam muito pouco sucesso sem o bloqueio desses atacantes.

Esse tipo de preocupação deve ser transferido para todos os nossos relacionamentos com outros crentes, seja em uma congregação local ou em outro lugar. Um professor serviu por um tempo em uma instituição educacional cristã onde havia classes sociais definidas: curadores, administradores, professores, funcionários, alunos. Cada grupo manteve-se isolado. Professores e funcionários não comiam juntos, por exemplo. Os alunos, que formavam um grupo bastante seletivo, tanto em termos de capacidade acadêmica quanto de classe socioeconômica, ridicularizavam a equipe de manutenção das publicações do campus e alguns até transmitiam um sentimento de superioridade ao corpo docente. Em seguida, ele foi para outra instituição, onde a estrutura social era bem diferente. O fundador da escola havia enunciado como um dos princípios sobre os quais a escola deveria funcionar: “Na medida do possível, a relação entre professor e aluno deve ser de igualdade. Haverá apenas um mestre, mas somos todos irmãos”. Aqui não havia barreiras de classe. No refeitório, o professor, o zelador, o reitor, o aluno, o secretário, todos podiam ser vistos comendo à mesma mesa. Os professores não faziam questão de serem chamados de doutores e costumavam ser chamados pelo

primeiro nome. As portas de seus escritórios estavam abertas, tanto figurativa quanto literalmente. Depois de vários anos naquela instituição, passou para uma terceira escola, onde os professores ficavam em um pedestal e sempre eram chamados de doutores, mas, acostumado com a prática da escola anterior, ele atuava de forma mais informal. Um dia, sua secretária disselhe: “Sabe, você é o professor favorito dos secretários deste prédio”. Vendo seu olhar perplexo, ela explicou: “É porque você fala com todos eles e os trata como iguais”. Jesus disse aos Seus discípulos que eles não deviam ser como os fariseus, que “gostam do lugar de honra nos banquetes e dos assentos mais importantes nas sinagogas, de serem saudados nas praças e de serem chamados ‘rabis’”. Mas vocês não devem ser chamados ‘rabis’; um só é o mestre de vocês, e todos vocês são irmãos” (Mateus 23:6—8).

O que deve ser verdade no relacionamento entre os crentes individuais também deve se aplicar ao relacionamento entre as congregações. Na sociedade americana, ficamos impressionados com o tamanho, e isso muitas vezes também se aplica à nossa avaliação das igrejas. O modelo do que as congregações deveriam ser muitas vezes é a megagreja. Com certeza, há medidas anteriores de qualidade de programação que decorrem dos maiores recursos e economia de escala presentes em uma congregação maior. E algumas igrejas são pequenas porque não estão fazendo bom uso de seus recursos e oportunidades. Tendo dito isso, no entanto, devemos ter cuidado para não desprezar a congregação menor ou tratá-la como sem importância. Algumas igrejas se mudaram para a proximidade de uma congregação irmã, não porque mais pessoas em geral seriam alcançadas (incluindo aqueles na comunidade que partiram), mas porque tal mudança lhes dá uma oportunidade melhor de crescer. O que antes era o meio para alcançar mais pessoas agora se torna o fim em si mesmo, para cujo crescimento são necessárias mais pessoas. No processo, pouca atenção é dada ao bem-estar da outra congregação. Na verdade, um pastor me disse: “Essas pequenas igrejas serão devoradas pelas grandes igrejas, mas isso é uma coisa boa, porque elas não estão fazendo o trabalho de qualquer maneira”. Não

importava que houvesse algumas pessoas a quem sua igreja não quisesse e não pudesse alcançar, e também não se importou em alcançar, que não seriam alcançadas porque a outra igreja foi encerrada. Às vezes, há uma competição entre as igrejas, em que cada uma busca atingir um número cada vez menor de pessoas (brancos de classe média, por exemplo), assim como os baleeiros se concentram em um número cada vez menor de baleias.

O que dissemos sobre a implicação da compreensão das relações internas da Trindade para os cristãos individuais deve ser aplicado aqui também. A igreja que reflete o Deus triúno se preocupará com as necessidades de outras congregações, bem como com as suas próprias. Ele compartilhará seus recursos onde necessário, em vez de mantê-los inteiramente para si. Tenho visto exemplos dramáticos disso, tanto positivos quanto negativos. Uma congregação bastante pequena, localizada na orla de um aeroporto em uma grande área metropolitana e forçada a vender sua propriedade, poderia muito bem ter raciocinado que precisava de todo o produto da venda do edifício para aplicar na aquisição de novas instalações. No entanto, eles escolheram dar o dízimo desses rendimentos aos seus escritórios denominacionais distritais e nacionais. Por outro lado, uma igreja moderadamente grande trouxe um consultor de uma megaigreja. Sua primeira recomendação foi que reduzissem a doação missionária, que já consideravam pequena, a fim de investir mais recursos em seu programa local. É claro que se pode argumentar que uma base doméstica mais forte possibilita um alcance mais amplo, mas isso poderia ter sido melhor realizado contribuindo para a plantação de igrejas. Às vezes, mesmo no processo de iniciar igrejas-filhas, a igreja-mãe garante que elas tomem um nome que as identifique claramente como filhas da igreja-mãe.

Nas famílias, deve haver uma aplicação dos relacionamentos que caracterizam o Deus triúno, cuja imagem carregamos. Quer possamos ditar a partir dessa doutrina a forma exata que essa estrutura familiar teria, a família cristã deve se preocupar para que

cada pessoa seja tratada como importante e que sua contribuição nas decisões seja levada a sério.

Finalmente, dentro da sociedade, devemos nos preocupar em considerar todas as pessoas humanas com respeito, dignidade e valor. Nossa sociedade atribui valores muito desiguais às pessoas, geralmente indicando esses valores por meio de recompensas financeiras. Em alguns casos, existe uma relação entre as contribuições das pessoas para a sociedade e sua compensação. É realmente verdade, entretanto, que um atleta notável, ou uma estrela da mídia, vale mil ou dez mil vezes o que um professor ou enfermeira é? Além disso, no entanto, a adulação dada a algumas das “pessoas bonitas”, as “superestrelas”, sugere que a perda de uma delas seria muito mais séria do que a de um operário de construção ou de um operador de caixa. Não é assim, porém, aos olhos de Deus, que, segundo Jesus, Se preocupa tanto com cada um de nós, que é como o pastor, que com noventa e nove ovelhas no redil, as deixou e foi buscar a única ovelha perdida (Lucas 15:3—7). O amor altruísta dos membros da Trindade transborda em Seu amor por suas criaturas e também deve estar presente na vida de Suas criaturas humanas.

Sobre o autor

Millard J. Erickson



Millard J. Erickson é Ph.D (University of Minnesota, Northern Baptist Theological Seminary, University of Chicago, Northwestern University) e ensinou teologia em vários seminários evangélicos. Ele escreveu mais de vinte e cinco livros e numerosos artigos. Ele e sua esposa, Virginia, têm três filhas e moram em Mounds View, Minnesota.

Refêrencias

Introdução

1. John Naisbitt and Patricia Aburdene, *Megatrends 2000: Ten New Directions for the 1990's* (New York: Avon, 1990), p. 297.

Capítulo 1: A Doutrina da Trindade É Bíblica?

1. Percival Gardner-Smith, *Saint John and the Synoptic Gospels* (Cambridge: Cambridge University Press, 1938).

2. Martin Hengel, *Acts and the History of Earliest Christianity* (Philadelphia: Fortress, 1979), pp. 3–34.

3. Royce Gordon Gruenler, *New Approaches to Jesus and the Gospels: A Phenomenological and Exegetical Study of Synoptic Christology* (Grand Rapids: Baker, 1982), p. 15.

4. Craig Blomberg, *The Historical Reliability of the Gospels* (Downers Grove, Ill.: InterVarsity, 1987), pp. 183–84.

5. F. F. Bruce, “The Dead Sea Scrolls and Early Christianity,” *Bulletin of the John Rylands Library* 49 (Autumn 1966): 81.

6. W. F. Albright, *The Archaeology of Palestine*, rev. ed. (Baltimore: Penguin, 1956), pp. 242–49.

7. C. H. Dodd, *Historical Tradition in the Fourth Gospel* (Cambridge: Cambridge University Press, 1963), p. 128. For a summary of the entire argument and conclusions, see pp. 423–32.

8. John A. T. Robinson, *Redating the New Testament* (Philadelphia: Westminster, 1976), pp. 9–10; Bo Reicke, “Synoptic Problems on the Destruction of Jerusalem,” in *Studies in New Testament and Early Christian Literature: Essays in Honor of Allen P. Wikgren* (supplement to *Novum Testamentum* 33), ed. David E. Aune (Leiden: Brill, 1972), p. 121.

9. Philo, *On the Creation of the World* 24.

10. *Berakhot*, 9:1, VI, A–G. *The Talmud of the Land of Israel* (Chicago: University of Chicago Press, 1989), 1:307–8.

11. C. G. Montefiore and H. Loewe, *A Rabbinic Anthology* (New York: Schocken, 1974), p. 664.

12. Arthur W. Wainwright, *The Trinity in the New Testament* (London: SPCK, 1962), p. 25.

13. *On the Confusion of Languages* 33–34.

14. Philo, *A Treatise on the Life of the Wise Man Made Perfect by Instruction, or, on the Unwritten Law, That is to Say, on Abraham*, 24–28.

15. *The Targum of Isaiah*, ed. J. F. Stenning (Oxford: Clarendon, 1949), pp. 22–23.

16. For a summary of this discussion, see Murray J. Harris, *Jesus as God: The New Testament Use of Theos in Reference to Jesus* (Grand Rapids: Baker, 1992), pp. 57–71, 301–13.

17. Vincent Taylor, *The Person of Christ* (London: Macmillan, 1958), p. 150.

18. Ibid., p. 147.

Capítulo 2: A Doutrina da Trindade Faz Sentido?

1. Tertullian, *De praescriptione haereticorum* 7. Note, however, that Tertullian vigorously defended the doctrine of the Trinity against false views.

2. Søren Kierkegaard, *Concluding Unscientific Postscript* (Princeton, N.J.: Princeton University Press, 1941), p. 189.

3. George Santayana, *The Life of Reason or the Phases of Human Progress*, 2nd ed. (New York: Scribner's, 1936), vol. 1, p. 284; one-vol. rev. ed. (New York: Scribner's, 1953), p. 82.

4. Epiphanius, *Against Eighty Heresies* 55.9.

5. Eusebius, *Ecclesiastical History* 7.30.10.

6. Jaroslav Pelikan, *The Christian Tradition: A History of the Development of Doctrine* (Chicago: University of Chicago Press, 1971), 1:176.

7. Eusebius, *Ecclesiastical History* 7.28.2; Adolf Harnack, *History of Dogma* (New York: Dover, 1961), 3:38–39.

8. Hippolytus, *Against Noetus* 1; Tertullian, *Against Praxeus* 5, 7, 10.

9. Athanasius, *Orations Against the Arians* 1.5; Arius, *Epistle to Alexander* (in Athanasius, *On the Synods of Ariminum and Seleucia* 16).

10. Epiphanius of Salamis, *Against Eighty Heresies* 73.13.1.

11. Edward Gibbon, *The Decline and Fall of the Roman Empire* (New York: Peter Fenelon Collier, 1899), 2:252.

12. Daniel Day Williams, *What Present-Day Theologians Are Thinking* (New York: Harper, 1952).

13. Donald Baillie, *God Was in Christ*. (New York: Scribner's, 1948).

14. E.g., Leonardo Boff, *Trinity and Society* (Maryknoll, N.Y.: Orbis, 1988); Jürgen Moltmann, *The Trinity and the Kingdom: The Doctrine of God* (San Francisco: Harper & Row, 1981).

15. "Katie and Eilish," *Discovery Journal* (the Discovery television channel), February 1993.

Capítulo 3: A Doutrina da Trindade Faz Alguma Diferença?

1. Immanuel Kant, *Der Streit der Fakultäten* (Hamburg: Felix Meiner, 1975 [Philosophische Bibliothek, Band 252]), p. 34.

2. Karl Rahner, *The Trinity* (New York: Herder and Herder, 1970), pp. 10–11.

3. Ibid., p. 11.

4 Raimundo Panikkar, *The Trinity and the Religious Experience of Man* (New York: Orbis, 1973), p. viii.

5. Ibid., pp. 11–40.

6. Geoffrey Wainwright, *Doxology*, pp. 92–93.

7. Arthur W. Wainwright, *The Trinity in the New Testament* (London: S.P.C.K., 1962), p. 228.

8. Leonard Hodgson, *The Doctrine of the Trinity* (New York: Scribners, 1944), p. 232.

9. *On the Holy Spirit* 73.

10. Arthur Wainwright, *The Trinity in the New Testament*, p. 229.

11. *The Acts of Thomas* 27.

12. *On the Holy Spirit* 10.24.

13. Ibid., 29.75.

14. Ibid., 29.73.

15. Geoffrey Bromiley, “Eternal Generation,” in *Evangelical Dictionary of Theology*, ed. Walter A. Elwell (Grand Rapids: Baker, 1984), p. 368.

16. Ibid.

17. Benjamin Breckenridge Warfield, “The Biblical Doctrine of the Trinity,” in *Biblical and Theological Studies*, ed. Samuel G. Craig (Philadelphia: Presbyterian & Reformed, 1952), p. 50.

18. Ibid.

19. Royce Gordon Gruenler, *The Trinity in the Gospel of John: A Thematic Commentary on the Fourth Gospel* (Grand Rapids: Baker, 1986).

ÍNDICE DAS ESCRITURAS

Gênesis 1:1—57

1:2—28, 65, 66

1:26—31, 32

1:27—32

2:24—33

3:22—32

11:7—32

18—32

18:1—32

18:2—32

18:3—32

18:4—32

18:10—32

18:13—32

18:14—32

18:16—32

18:17—32

18:19—32

18:22—32

19—32

19:10—33

19:20—33

22:1—19—65

22:2—33

22:12—33

22:16—33

Deuteronômio 4:2—30

6:4—18

6:4–5—33

6:5—18

12:32—30

Jó

26:13—28, 65, 66

33:4—65, 66

Salmos

2—86

8:1—2—21

45:6—20

96:5—64, 66

102:25—20

104:30—28, 65, 66

Provérbios

8:22—23—51

8:22—31—51

Isaías

6:8—33

8:14—15—21

9:6—19—20

37:16—64, 66

40:8—21

40:12—13—65, 66

Jeremias

10:11–12—64, 66

Ezequiel

24:16—21

34:22—21

Daniel

7—21

7:9—21

7:9—10—21

Joel

2:28—29

2:32—29

3:1—12—21

Zacarias
14:5—21

Malaquias

3:1—21

4:5—6—21

Mateus

4:1—65

6:26—19

6:26—30—19

6:30—19

6:31—32—19

11:10—21

11:14—21

12:28—20

13:41—20

17:11—12—21

19:14—20

19:16—25—28

19:23—26—19

19:24—20

19:26—28

19:28—21

21:16—21

21:31—20

21:43—20

23:6—8—94

24:30—21

24:36—60

25—20

25:31—21

25:31—46—21

26:63—65—22

27:46—19 28—82

28:19—34, 88

Marcos

1:2—21

2:7—21

2:8—10—21

2:10—11—21

9:12—13—21

10:18—51

12:17—19

12:24—27—19

13:1—4—26

13:31—21

13:32—51

14:62—21

Lucas

1:35—27
2:52—51
3:21—22—50
3:22—54
7:27—21
9:51—18:14—24
10:21—65
12:8—9—20
15:3—7—96
15:10—20
18:19—51
19:10—21
20:18—21
21:3—4—92

João

1:1—39
1:3—64, 66
1:14—42
1:18—42, 87
3:5—8—27, 28, 83
3:16—65
4:24—57
5—40
5:18—89
5:19—40, 87
5:24—40
5:25—40
5:26—87
5:26—27—40
5:29—40
5:38—40
5:42—40
6:46—42
6:62—55

8—42
8:28—87
8:42—42
8:55—42
8:58—42, 54
10:17—18—75
10:28—41
10:29—41
10:30—49
10:38—41
11:1—12:1—25
12:44—45—40
13:31—41
14—41
14:7—40
14:8—11—61
14:9—40
14:10—11—41
14:20—62
14:20—21—40
14:23—39
14:28—51, 85
15—56
15:9—10—62
15:23—24—40
16:3—41
16:8—11—27, 83
16:13—27, 83
17:5—55
17:11—41
17:11—23—41
17:21—41, 62
17:22—41, 62
17:23—41
20:28—23

Atos

1:8—83

2:17—29

2:28—65

5—26

5:3—26, 84

7—78

7:59—78

7:60—78

8:16—34

13:33—86

20:28—37

Romanos 1:18–3:20—37

3:21–8:1—37

3:25—65

8:1–17—83

8:2–30—38

8:9–11—39

8:11—28

14:16–17—35

14:17–18—35

14:18–19—35

14:30—35

15:19—27

1 Coríntios

1:18–2:9—38

2:10–11—27

2:10–16—38

3:10–15—38

3:16–17—27, 38

6:19–20—27, 80

6:20—81

8:4—18

8:6—18, 38, 55, 64, 65

12:22–27—92 12—88, 92 12–14—38

12:4–6—34, 88

13:12—7 15:24—39

2 Coríntios

1:21–22—35

5:19—48, 55

8:9—55 12—78

12:8—78, 79

13:14—34, 88

Gálatas

3:1–22—39

3:11–14—35

3:23–4:31—39

4:6—35

5:1–15—39

5:16–6:10—39

Efésios

2:13—36

2:16—36

2:18—36

3:14—36

3:14–16—36

3:16—36

3:17—36

3:18—36

3:19—36

3:21—36

4:4–6—88

4:30—84

Filipenses

2—87

2:1—11—39

2:5—11—20

2:6—20, 55, 56

3:3—36, 79

Colossenses

1:3—8—36

1:15—55

1:16—66

1:27—56

2 Tessalonicenses

2:13—34

2:14—34

1 Timóteo

2:5—6—19

2 Timóteo

3:16—28, 83—84

Tito

3:5—28

Hebreus

1:2—20

1:3—20, 56

1:5—86

1:8—20

1:10—20, 64, 66

1:10–12—28

5:5—86

6:4–6—36

9:14—28

10:29—36

Tiago

2:19—18

2:1—7—92

1 Pedro

1:2—36

3:11—8

4:14—36

2 Pedro

1:21—29, 84